DIA DA INDÚSTRIA

Caderno especial do
Jornal do Comércio | Porto Alegre

Sexta-feira e fim de semana,
24, 25 e 26 de maio de 2024

ROBERTA BRUM/PMPA/JC

Apoio aos desabrigados, doações e limpeza de áreas afetadas pelas cheias estão entre as ações que contam com o auxílio de empresas do Rio Grande do Sul

A mobilização da indústria na reconstrução do RS

Industriais e lideranças empresariais gaúchas analisam os impactos da enchente e medidas para a retomada econômica

MANIFESTO

Pela Retomada Econômica do RS

Giovanni Jarros Tumelero
Diretor-presidente do Jornal do Comércio

O desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul sempre esteve no foco das atividades do Jornal do Comércio. Informações exclusivas e estratégicas para o mundo dos negócios estão nas páginas do diário de economia e negócios do RS desde a sua fundação em 1933. Ao completar 91 anos de circulação ininterrupta, neste 25 de maio de 2024, o JC renova o compromisso com o seu público.

Evidentemente, o momento é desafiador, em virtude da maior tragédia climática já enfrentada pelo nosso Estado. De outro lado, a reação da sociedade gaúcha foi imediata, com amplos esforços para salvar vidas e acolher as pessoas. A solidariedade do povo brasileiro em todos os momentos desde o primeiro dia em que o Rio Grande do Sul foi atingido pelas enchentes nos dá esperança em tempos melhores.

A força, o caráter e a qualificação das pessoas e empresas do Rio Grande do Sul farão com que, dia após dia, o Estado retome suas atividades. Enquanto ainda prosseguem as importantes iniciativas de acolhimento dos desabrigados, gradativamente avança o processo de reconstrução.

O Jornal do Comércio está somando esforços nesse sentido. Primeiro, levando informações em tempo real, de utilidade pública, e sobre todos os fatos relacionados às enchentes e suas consequências. Também abrindo espaço ao debate das ações necessárias à reconstrução do Rio Grande do Sul.

Mais do que isso, através desse manifesto, lançado no momento em que completa mais um ano de atividades, o JC está se posicionando ao lado de todos que apoiam a Retomada Econômica do Rio Grande do Sul.

Com investimentos locais, nacionais e internacionais, e muito trabalho de todos empenhados na reconstrução do Rio Grande do Sul, renovamos o otimismo no futuro. Além de informações estratégicas para os negócios, divulgaremos boas iniciativas, nos mais diversos campos, que ajudem o Estado a retomar a normalidade.

A Retomada Econômica do RS é fundamental para que todos os setores – indústria, comércio, serviços e agronegócio – possam voltar a crescer e investir, gerando riqueza e renda, além dos tão necessários postos de trabalho para a população.

Acreditamos na força da economia gaúcha, na competência e inovação dos empresários e na recuperação dos negócios. Já superamos outras crises, como a histórica Enchente de 1941, e adversidades econômicas como a hiperinflação. Da mesma forma, o Rio Grande do Sul vai superar também mais essa catástrofe.

Estamos juntos, pela Retomada Econômica do RS!

EVANDRO OLIVEIRA/JC

Acreditamos na força da economia gaúcha, na competência e inovação dos empresários e na recuperação dos negócios no Rio Grande do Sul

Os desafios da indústria do Rio Grande do Sul

ZÉTO TELÖKEN/DIVULGAÇÃO/JC

Mauro Belo Schneider
mauro.belo@jornaldocomercio.com.br

A grande dúvida que paira, atualmente, sobre o Rio Grande do Sul se refere aos impactos econômicos da enchente que assolou o Estado neste maio de 2024. É certo que eles serão grandes, mas a união do setor produtivo será capaz de superá-los.

Esta edição do caderno Dia da Indústria, publicado anualmente pelo Jornal do Comércio, busca apontar caminhos destacados pelas lideranças empresariais para a reconstrução do Estado.

Nossos repórteres conversaram com industriais dos segmentos automotivo, metalmecânico, moveleiro, calçadista, madeireiro, de bebidas, siderúrgico, construção civil, máquinas e petroquímica, fazendo um raio-x da situação atual no Estado.

A indústria ainda está ajudando quem foi afetado pela enchente de forma solidária, como as reportagens deste suplemento mostram.

As matérias destacam diversas ações, que vão do auxílio aos desabrigados com doações, até o apoio em resgates e no restabelecimento do abastecimento de água, um dos principais problemas que surgiram ao longo desta crise no Estado.

Houve perda de vidas e milhares de pessoas ficaram desalojadas. Agora é o momento de reconstrução do Rio Grande do Sul, com a esperança de que, com a união de todos, um futuro mais seguro seja possível.

ÍNDICE

Os 91 anos do Jornal do Comércio	4
Fiergs reforça excelência de produtos do RS	6
Os pleitos da indústria de máquinas agrícolas	8
Indústria metalmecância da Serra Gaúcha	10
Restrição de insumos é o novo desafio	11
O polo de Canoas e Nova Santa Rita	12
Indústria moveleira tem estoque para 20 dias	14
Segmento do vestuário revisa faturamento	15
O Polo Petroquímico de Triunfo	16
Simplás vislumbra migração para municípios	17
Setor farmacêutico e setor vitivinícola	18
Indústria madeireira do Rio Grande do Sul	19
A indústria coureiro-calçadista do RS	20
Ações da indústria para ajudar na retomada	21
Ruptura inédita afeta abastecimento em lojas	26
Tecnologia é aliada para as indústrias	27

EXPEDIENTE

■ **Editor-Chefe:** Guilherme Kolling (guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br) ■ **Editor-executivo:** Mauro Belo Schneider (mauro.belo@jornaldocomercio.com.br); ■ **Editora de Economia:** Fernanda Crancio (fernanda.crancio@jornaldocomercio.com.br) ■ **Reportagem:** Ana Esteves, Caren Mello, Claudio Medaglia, Eduardo Torres, Jefferson Klein e Roberto Hunoff ■ **Colunistas:** Patrícia Comunello e Patricia Knebel ■ **Diagramação:** Ingrid Muller, Luís Gustavo S. Van Ondheusden e Luiz Breves

Apesar dos desafios atuais, ainda há o que comemorar neste Dia da Indústria - 25 de maio de 2024!

A tragédia climática atingiu duramente as comunidades e as indústrias gaúchas. Mas, ainda podemos celebrar muitas qualidades como o grande espírito de solidariedade da nossa gente e dos demais Estados brasileiros; a fé na recuperação das casas, cidades, e empresas; enfim, celebrar a nossa união pelos objetivos maiores da sociedade rio-grandense.

Celebramos a maior mobilização solidária do País, com grande apoio enviado e forte convocação feita para que se compre mais produtos gaúchos.

A campanha Produto RS continuará independente dos desafios que ainda temos pela frente. Afinal, somos incansáveis. E juntos somos foRteS.

FIERGS

IMPRENSA

JC completa 91 anos ao lado do RS

Diário de economia e negócios vai destacar ações e abrir espaço para debate sobre a reconstrução do Estado

O tema das enchentes que afetam o Rio Grande do Sul há mais de três semanas tem sido acompanhado em todos os seus aspectos pelo Jornal do Comércio. Além de dar dimensão aos efeitos da tragédia climática, o JC vem mostrando as diversas ações necessárias para acolher os desabrigados e pessoas afetadas pelas cheias no Estado.

Em um esforço incessante para acompanhar os principais fatos, publicamos informações sobre os acontecimentos em tempo real, nos sete dias da semana na edição online. Além disso, com muito empenho de diversos setores do JC, conseguimos manter a circulação da edição impressa em todos os dias da enchente, sempre destacando informações de utilidade pública.

Paralelamente, o JC vem abrindo espaço para divulgar ações fundamentais para a reconstrução do Rio Grande do Sul, bem como para o debate de soluções e encaminhamentos necessários para a volta da normalidade e da retomada econômica do RS.

Ao completar 91 anos de circulação ininterrupta, o Jornal do Comércio vai intensificar esforços pela Retomada Econômica do Estado. Como diário de economia e negócios do Rio Grande do Sul, faremos isso em linha com o propósito do JC desde a sua fundação em 1933, levando ao público informações estratégicas para os negócios.

Além disso, destacaremos iniciativas da sociedade e do poder público que auxiliem o Estado.

As matérias terão a identificação do selo Retomada Econômica do RS, que estará presente nas edições impressa e online.

JC
RETOMADA ECONÔMICA DO RS

Jornal do Comércio 90 anos
Projeto para reconstruir o Estado será votado hoje
Nível do Guaíba baixa, mas deve seguir acima da cota de inundação até junho
Empreendedores do 4º Distrito podem segurança, luz, limpeza e crédito
Bancada gaúcha
Fiergs elege hoje a diretoria para os próximos anos

Jornal do Comércio 90 anos
Dívida do RS com a União é suspensa por três anos
Guaíba volta a superar 5 metros; cidades da Região Metropolitana renovam alerta
Tremores de terra assustam os moradores de Caxias do Sul
Água impede 120 supermercados inundados no RS

política
União anuncia R$ 50,9 bi com crédito e antecipações
Repórter Brasília
Edgar Lisboa
Prevenção e comunicação eficiente
Falta gestão de risco
Mudança radical
Agradecimento aos parlamentares
Apelo ao Parlamento
Coluna de quinta

Iniciativas voltadas à reconstrução

O JC acompanhará os esforços para reconstruir a infraestrutura do Rio Grande do Sul, bem como ações sociais e econômicas que auxiliem na volta da normalidade no Estado.

política
Empresas de construção farão casas para atingidos pelas cheias
Repórter Brasília
Edgar Lisboa
Entrevista Especial
Perfil
Dívida do Rio Grande do Sul
Bancada gaúcha
Críticas e fake news
Planos de investimento
Utilização dos recursos
Hospitais gaúchos
Evitar um colapso financeiro

Debate de propostas para encaminhar soluções

As propostas e ações para a retomada estão em curso em diversas frentes. O JC dará espaço a discussões sobre caminhos para a retomada econômica, ouvindo lideranças empresariais e políticas.

Jornal do Comércio | Porto Alegre
O que será preciso para a reconstrução?
Entidades comparam pandemia de Covid-19 com as cheias e projetam algumas medidas
Centro Histórico de Porto Alegre vão ter previsão de reabertura às lojas e ainda tem áreas inundadas
Coluna de quinta
CDL RETOMADA CONEXÕES QUE TRANSFORMAM
Comece hoje mesmo a criar conexões para se transformar de verdade.
Acesse o site e saiba como se conectar com a gente.

Investimentos de empresas no RS

O mapeamento de aportes públicos e privados já é feito no Anuário de Investimentos do RS. Daremos destaque a projetos que foram mantidos no RS ou a anúncios de novos investimentos.

economia
Mercur mantém investimento em artigos de saúde
Destaque para tecnologia própria
Sustentabilidade é marca valorizada pela empresa
Manutenção dos aportes e solidariedade às vítimas das cheias

economia
Observador
Alfonso Ritter
Um setor de rápida retomada
Água mineral no RS
Alimentos em latas
Prejuízos no turismo
Empresa de tecnologia manterá investimento no RS
Ingiy, de Santa Cruz do Sul, estima aporte de R$ 10 milhões no ano
Plataforma para doações às vítimas das chuvas é lançada
Sem cooperativa de advogados

Jornal do Comércio | Porto Alegre
VAREJO
Patrícia Comunello
Rede abrirá lojas: 'O RS precisa de investimentos'
Autozone, dos EUA, mantém a meta de mais nove unidades até 2025
Vitrine
Trio de conterrâneos leva bom humor, chocolate quente e encontro para voluntários
Revendas estacionam em elevado para "salvar" carros na Capital
Coluna de segunda

Ações da sociedade civil para apoiar a retomada

4 Coração
SOLIDARIEDADE
ações, assistência
Voluntários criam plataforma para identificar demandas de abrigos no RS
O SOS Rio Grande do Sul pretende disponibilizar

Jornal do Comércio | Porto Alegre
geral
Os caminhos para ser voluntário em Porto Alegre
Ações ajudam na gestão assistencial aos atingidos pelas enchentes
Dupla Gre-Nal e FGF se mobilizam para internacionalizar aeroportos
Ligação Capital-Interior pela BR-386 é metabolecida

Além do poder público e do empresariado, a sociedade civil está mobilizada desde o primeiro dia das enchentes. O JC seguirá cobrindo ações voluntárias e iniciativas voltadas a restabelecer a normalidade para as pessoas e empresas atingidas pelas enchentes.

HOC

VIVA o NATURAL

A nossa indústria tem a fibra dos gaúchos.

Em um momento em que os gaúchos enfrentam desafios sem precedentes, reafirmamos o compromisso com o bem-estar das comunidades onde atuamos. Do resgate de vítimas até o auxílio na limpeza e reconstrução, estamos sempre presentes, oferecendo o nosso apoio e contribuindo para a reconstrução de vidas através do programa Fibra do Bem.
Acreditamos que a indústria e as pessoas têm um papel fundamental na construção de um futuro melhor. Vamos juntos.

25/05
Dia da Indústria

Acompanhe as nossas redes sociais:
/CMPCBrasil

Saiba mais em
www.cmpcbrasil.com.br

cmpc®

RETOMADA

Fiergs reforça excelência de produtos da indústria gaúcha e conquista de mercados

Movimento Juntos Somos Fortes estimula o consumo de produto local

Caren Mello
caren.mello@jcrs.com.br

THAYNÁ WEISSBACH/JC

Presidente em exercício da Fiergs, Arildo Bennech Oliveira afirma que crédito às empresas ajudará o RS

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) está trabalhando na campanha que destaca a excelência dos produtos da indústria gaúcha, que conquista mercados do mundo todo, exportando para 160 países.

Com o conceito Produto RS – Juntos Somos Fortes, a ideia é estimular o consumo de produtos locais, fortalecendo a economia, assegurando empregos, gerando renda, beneficiando a população. Desta forma, a Fiergs contribui na retomada econômica e na reconstrução do Estado.

Neste Dia da Indústria, a comemoração pelas conquistas alcançadas nos últimos anos também é acompanhada pela avaliação do impacto das enchentes no setor. Paralelamente, a Fiergs busca soluções.

Os municípios afetados correspondem a 94,3% de toda a atividade econômica do Rio Grande do Sul, tendo o setor metalmecânico e o moveleiro como os mais prejudicados, seguidos por carnes e curtumes.

Estudo promovido pelas áreas técnicas da Fiergs mapeou a situação entre os todos os municípios alcançados pelas águas e destacou as necessidades mais prementes, cuja relação foi levada em forma de pleito ao governo federal.

"Ainda não temos a grandeza das perdas, mas o confirmado é que as consequências chegam a 90% do PIB industrial, em um primeiro levantamento. Acreditamos que, se todo o pleito for atendido, em três anos a economia do Estado poderá ser retomada", avalia o presidente em exercício da Fiergs, Arildo Bennech Oliveira.

De acordo com o levantamento da entidade, diversas frentes devem ser atacadas em paralelo. Em função da necessidade de recebimento de matéria-prima e escoamento da produção, deve ser prioritária a recuperação de estradas, cujos dados do Estado indicam um prejuízo de, no mínimo, R$ 3 bilhões apenas em vias estaduais e pontes. As BRs 287, 290 e 116, além de todas as ligações para a Serra, estariam entre as primeiras na ordem preferencial.

A regulamentação da Lei 14.437/22 também é um pedido da Fiergs, uma vez que oferece alternativas para a adoção, por empregados e empregadores, de medidas alternativas para a manutenção do emprego e renda. "Algumas empresas deram férias coletivas, outras estão abonando as faltas. Estamos nesta cruzada com o governo para que essas vagas não sejam fechadas", defende Oliveira, ao observar que, entre as preocupações da Fiergs, estão as micro e pequenas empresas, com reduzido número de funcionários, que tendem a fechar.

Entre as medidas tributárias, o entendimento dos empresários é a necessidade de ações extraordinárias, além das prorrogações já concedidas. A Federação, em conjunto com as entidades empresariais e de classe do Estado – Fecomércio, Federasul, Farsul, Sebrae-RS e OAB-RS – apresentou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um projeto englobando tributos federais, estaduais e municipais no Programa Resgate RS – Programa de Recuperação Econômica e Social do RS. Nele, incluem desonerações, dedutibilidade de doações, transação de débitos, depreciação acelerada incentivada (em tributos federais), desonerações e aperfeiçoamento do Fundopem-RS (tributos estaduais) e desonerações, interrupção de parcelamentos vigentes e transação tributária (entre os tributos municipais).

Segundo reforçam as entidades representadas pela Federação, a partir da premissa de que não há capacidade contributiva em meio à destruição, a necessidade de aprovação dos projetos é clara e urgente: assegurar as medidas tributárias necessárias para a reconstrução da atividade econômica, dos empregos e das vidas de milhões de pessoas.

Em uma terceira via, sugere o pleito entregue, é que sejam disponibilizadas linhas de crédito para capital de giro. A proposta é de crédito para 36 meses de carência, sem spread bancário. "Precisamos de dinheiro na conta, tanto para micro e pequenas quanto para as grandes. Primeiro para o rescaldo da tragédia, depois para arrumar as máquinas e comprar matéria-prima e insumos para escoar os produtos, desde que a nossa malha viária esteja pronta", lista Oliveira.

Entre os mais prejudicados com o desastre climático, está o setor moveleiro gaúcho, que já havia passado por um período delicado entre 2019 e 2020 e começou a se estabilizar em 2022. É o quarto em exportações no Brasil. Isso significa que não se trata de um problema local, mas de todo o País.

O dirigente da Fiergs diz estar confiante no empenho do governo federal, através de medidas que envolvem diversos ministérios, em questões tributárias e trabalhistas. "Acreditamos que até o final do mês já teremos algo resolvido com o governo", estima.

Pleitos da Indústria Gaúcha para a Reconstrução do Rio Grande do Sul têm 40 medidas

Denominado Pleitos da Indústria Gaúcha para a Reconstrução do Rio Grande do Sul, o documento com mais de 40 medidas consideradas "urgentes e necessárias" ao reerguimento do setor foi entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, no dia 17 de maio. Entre as pautas, estão:

Crédito e Financiamento: Suspensão dos pagamentos e juros de todas as operações diretas e indiretas do BNDES, redução do spread em pontos nas linhas Finame Materiais, BNDES Máquinas e Serviços, BNDES Automático e BNDES Automático Emergencial. Acesso rápido e fácil ao crédito a juros zero para capital de giro, pagamento de folha e aquisição de máquinas e equipamentos.

Regulação: Flexibilização da antecipação do vale-pedágio obrigatório, com a suspensão do tabelamento do frete por tempo indeterminado.

Tributação: Desonerações, dedutibilidade de doações, transação de débitos, depreciação acelerada incentivada (em tributos federais), desonerações e aperfeiçoamento do Fundopem-RS (tributos estaduais) e desonerações, interrupção de parcelamentos vigentes e transação tributária (entre os tributos municipais).

Relações do trabalho: Instituir o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Redução proporcional da jornada de trabalho e do salário e suspensão temporária do contrato de trabalho, implantação do teletrabalho, antecipação de férias, concessão de férias coletivas.

Infraestrutura: Destinação de recursos para a reestruturação da infraestrutura viária em cerca de 97 pontos de bloqueio em 53 rodovias estaduais e 60 federais.

Meio Ambiente: Prorrogação da vigência das licenças ambientais e dos prazos processuais referentes ao licenciamento ambiental e dos prazos de condicionantes e vigências de outorgas de uso de recursos hídricos. Suspensão da cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA)-Ibama em 2024.

Comércio Exterior: Prorrogação do prazo de cumprimento de exportação, no âmbito dos regimes aduaneiros especiais de Drawback, Recof e Recof-Sped, referente a atos concessórios outorgados e solicitações que vencerão até dezembro de 2024. Prorrogação de prazos referentes ao pagamento de encargos e taxas aduaneiras. Simplificação de procedimentos para importação e exportação.

Fazer bonito é cuidar da ***nossa gente***

25 DE MAIO
DIA DA INDÚSTRIA

O Rio Grande é nosso chão. Somos uma indústria orgulhosa de suas origens e dos laços construídos com as pessoas que fazem parte do nosso dia a dia.

Vamos juntos, fortes, aguerridos e bravos, reconstruir o nosso estado.

Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

TRAMONTINA
o prazer de fazer bonito

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Reconstrução levará pelo menos três anos, apontam industriais

Documento com 47 pedidos para apoiar o setor foi entregue ao vice-presidente da República

Claudio Medaglia
claudiom@jcrs.com.br

STARA/DIVULGAÇÃO/JC

Com parte da safra comprometida, capitalização dos produtores rurais não será a mesma, reduzindo compras

A indústria de máquinas agrícolas vem de um 2023 fraco nas vendas, que invadiu 2024 apontando para queda ainda maior do que a inicialmente projetada. E a catástrofe climática que atingiu o Rio Grande do Sul será um obstáculo a mais para a retomada, que necessitará apoio governamental e resiliência. Com recursos no tempo certo, a estimativa é de que o setor leve pelo menos três anos para se reconstruir no Estado.

A mobilização chegou a Brasília, apoiada por um relatório com as primeiras avaliações sobre a dimensão do problema e uma lista de pedidos. O presidente eleito da Federação das Indústrias do Estado (Fiergs) e presidente do Sindicato da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas (Simers), Claudio Bier, participou da comitiva de industriais do Rio Grande do Sul que esteve em audiência com o vice-presidente Geraldo Alckmin.

No encontro, foi levado um documento de 47 pontos com demandas sobre diferentes medidas para apoiar a cadeia industrial gaúcha. A Fiergs estima que mais de 90% do setor foi afetado. E indica que os municípios atingidos correspondem a 94,3% de toda a atividade econômica do Rio Grande do Sul. Por isso, a caminhada da reconstrução será longa. E pode durar, com otimismo, pelo menos três anos.

Segundo o dirigente, há empresas submersas, com funcionários que perderam suas casas e, também, o recebimento de matéria-prima está comprometido.

"Algumas indústrias decidiram dar férias coletivas aos seus colaboradores. Para que eles possam se dedicar aos seus problemas e, também, porque não há como trabalhar. Não será fácil sair desse momento", analisa.

No segmento de máquinas agrícolas, a perspectiva também é preocupante. A projeção mais recente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), no fechamento do mês de abril, era de redução nas vendas de até 15%. Mas, com parte da safra comprometida, a capitalização dos produtores rurais não será a mesma, e isso deve arrefecer os ânimos para investimentos em novos equipamentos. Bier calcula que as indústrias gaúchas irão precisar de uma atenção especial da União.

"Estávamos colhendo uma grande safra de grãos. Entretanto, com as perdas no arroz e na soja, culturas com áreas importantes ainda não colhidas, as perdas serão significativas. Precisaremos de ajuda", acrescenta o empresário.

Entre as medidas, aponta, estão o perdão ou a prorrogação das dívidas dos lavoureiros e crédito com taxas de juros palatáveis, por exemplo. Essas e outras demandas já foram levadas ao governo federal, na expectativa de um socorro efetivo e eficiente.

Recursos para capital de giro das empresas, taxas menores e um olhar ainda mais atencioso às pequenas indústrias são essenciais.

FERNANDA FELTES/JC

Bier, presidente eleito da Fiergs: "não será fácil sair desse momento"

Algumas precisarão de apoio a fundo perdido. Outras necessitarão empréstimos sem juros e com longo prazo de pagamento.

Entre as médias e grandes, o dirigente aponta necessidade de juros subsidiados, para que possam voltar a trabalhar, produzir e pagar.

"Não adianta simplesmente dar casa aos funcionários atingidos, se eles não tiverem seus empregos de volta. A indústria emprega muita gente", avisa Bier.

Abimaq encaminhou sugestões de medidas a serem adotadas pelo governo federal

Atenta ao tema da crise no Rio Grande do Sul, a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) enviou ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, com cópia ao Ministério da Fazenda e ao BNDES, uma série de sugestões de medidas voltadas para a preservação da renda, reconstrução das residências, refinanciamento de dívidas e adiamentos de pagamento de impostos. O objetivo é contribuir com ideias de ações que possam dar fôlego a empresas para superarem esse período crítico e recuperarem suas atividades produtivas quando as águas baixarem.

A entidade ainda não consegue dimensionar o impacto das chuvas nas atividades dos setores produtivos da região. Mas entende, no entanto, que mesmo empresas que passaram incólumes pela enchente estão com dificuldades na manutenção da produção por conta da falta de equipes que, em boa parte, tiveram suas moradias destruídas e também por falta de acesso a insumos produtivos e meios de escoamentos das mercadorias. Os resultados mais precisos aparecerão nas divulgações a partir de junho, diz Maria Cristina Zanella, diretora divisional de Economia, Estatística e Competitividade da Abimaq.

De acordo com ela, uma avaliação preliminar dos possíveis impactos, levando em conta o peso relativo do setor de máquinas e equipamentos na região, sugere uma perda de receita em 2024. "Mas esperamos que as medidas anunciadas, em auxílio às empresas e famílias, e as que estão em negociação com a sociedade, possam agilizar e potencializar a recuperação e antecipar a melhora nas atividades na região."

Dados da Abimaq mostram que, em 2023, o Rio Grande do Sul foi responsável por mais de 8% do PIB da indústria manufatureira. As máquinas e equipamentos tiveram grande importância na região.

No período, o Estado foi o segundo maior produtor de máquinas do País, empregando quase 18% da mão de obra do setor e gerando 20% da receita líquida, com forte presença no mercado internacional.

Cerca de 50% das máquinas e equipamentos produzidos no RS foram para agricultura. O segmento já vinha com perspectiva de queda no desempenho em 2024 em razão das questões climáticas, mas também pela piora da renda no campo, combinada com custos ainda elevados de financiamento, diz a entidade.

"Na região, se produziu ainda máquinas de uso geral, como equipamentos de movimentação de materiais, de uso específicos como as fabricantes de alimentos, componentes utilizados em outros bens de capital como os motores, máquinas-ferramentas e máquinas para construção, itens, que na sua maioria, previámos melhora nas vendas em 2024 em razão da continuidade do aumento do consumo das famílias e também pela ampliação de obras públicas municipais e federais", acrescenta a dirigente.

Olhando para a indústria nacional de máquinas e equipamentos, a Abimaq acredita que as maiores quedas no curto prazo serão em setores fabricantes de máquinas que atuam na agricultura e na indústria de transformação, atividades fortemente atingidas pelas chuvas.

matriz

Comprar de marcas gaúchas:
um gesto simples que faz toda a diferença.

INDÚSTRIA GAÚCHA

Procure por este selo.

ABRAS
AGAS
ASSOCIACAO GAUCHA DE SUPERMERCADOS
FIERGS

REPORTAGEM ESPECIAL

Indústria metalmecânica tem gargalo na matéria-prima

As expectativas de crescimento da atividade industrial gaúcha, que já não eram otimistas para o ano, sofreram um revés fortíssimo com as chuvas que caíram sobre o Estado desde o final de abril. As lideranças empresariais apontam problemas na produção por atraso ou falta de itens, queda no consumo e dificuldades para honrar compromissos financeiros por menor faturamento.

Roberto Hunoff
economia@jornaldocomercio.com.br

ABICALÇADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Para dar continuidade às atividades, são avaliadas alternativas em outras regiões, mas que acabam encarecendo o custo final aos fabricantes gaúchos

Na Serra, maior polo metalmecânico do Rio Grande do Sul, as empresas esperavam repetir os resultados do ano passado, que já não foram positivos quando comparados com exercícios anteriores. Dificilmente a meta será alcançada, na avaliação de Ubiratã Rezler, presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico (Simecs).

O ponto de maior preocupação está sendo no fornecimento de matéria-prima, que era normal até o final de abril. "Várias empresas ficaram sem matéria-prima, porque há dependência do fornecimento de muitos itens da Região Metropolitana de Porto Alegre", afirmou. Para dar continuidade às atividades, são avaliadas alternativas em outras regiões, mas que acabam encarecendo o custo final.

O cenário se repete na área de abrangência do Sindicato Metalmecânico de Bento Gonçalves (Simmme). O presidente Juarez Piva relata que algumas plantas fabris foram diretamente afetadas com alagamentos, deslizamentos e falta de energia. Mas o maior problema é a dificuldade de acessos, impactando no fornecimento de matérias-primas e entrega de produtos acabados. "A saída tem sido conceder férias coletivas, fazer paradas pontuais ou elevar os estoques por impedimento de entregar os produtos prontos", explica. Para ele, o maior impacto econômico será sentido na virada do mês com a folha de pagamento dos funcionários. "É necessária a urgente liberação de recursos com juros subsidiados e o adiamento do pagamento de impostos", acrescenta.

A restauração das estradas e pontes danificadas, juntamente com linhas de crédito e financiamento com condições favoráveis para que as empresas possam investir na recuperação de suas operações, estão dentre as prioridades demandadas pelo Sindimadeira. De acordo com o presidente Leonardo De Zorzi, os investimentos na infraestrutura não devem ser feitos somente para reparos, mas também para reforçar os equipamentos de forma a garantir que resistam melhor a futuros eventos climáticos extremos.

Ele defende que as linhas de crédito devem incluir prazos longos e juros baixos, facilitando o acesso ao capital necessário para reparos e reposição de equipamentos pelas indústrias. O isolamento a que foi exposta a Serra é o principal problema para a indústria do vestuário, que tem neste período do ano o maior consumo de produtos. Os efeitos desta condição foram percebidos no Dia das Mães, segunda data de maior consumo do segmento, com expressiva queda no movimento do setor. "A demanda foi muito baixa comparada com outros anos. Não houve movimento de compradores de outras regiões e os nativos, que estavam nas cidades serranas, não se encorajaram a sair. O clima emocional não é bom, todos estão muito abalados", aponta Rogério Bridi, presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário (Fitemavest).

Bridi acredita ser possível repetir os números de 2023 caso o clima se mantenha favorável, com o frio natural do inverno, e as estradas estejam viabilizadas. A estimativa inicial para 2024 era de crescimento em torno de 10% sobre o ano anterior, que já apresentou uma base baixa de receita.

A possibilidade de ruptura da produção por falta de alguns itens é um dos problemas que mais afligem a indústria moveleira do Rio Grande do Sul. De acordo com a Movergs, a maioria das empresas trabalha com estoque de matérias-primas, mas suficiente para um período de 15 a 20 dias.

De acordo com o presidente Euclides Longhi, de forma geral, as empresas que possuem centro de distribuição em outros estados mantiveram seu faturamento e entrega. As localizadas no Rio Grande do Sul estão buscando rotas alternativas para escoar a produção e já conseguem realizar entregas em São Paulo, mesmo que os prazos possam ser mais longos.

Uma das consequências das fortes chuvas deve ser a migração de parte das populações de municípios mais prejudicados para outras regiões, dentre elas a Serra. "Não é o que se quer, mas é o que as pessoas farão. Buscarão empregos e mais segurança às famílias", afirma Orlando Marin, presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico (Simplás). Ele também avalia que a indústria da Serra deverá ser parceira dos setores mais atingidos na Região Metropolitana, fornecendo a ajuda necessária para a recuperação. A liberação total e plena dos acessos é a principal demanda do Simplás para o processo de reconstrução do Estado e da atividade econômica.

Com alguns casos isolados em que houve alagamentos ou deslizamentos de terras, a indústria vinícola, de uma forma geral, sofreu poucos impactos diretos. De acordo com José Virgílio Venturini, presidente do Sindivinho, a preocupação maior é com os efeitos indiretos, como a forte retração no consumo. "Além das dificuldades de transporte para os pontos de venda, também entendemos que o cliente priorizará outras necessidades para superar este momento difícil", projeta.

Venturini estima que 90% das empresas do setor estão com as vendas comprometidas, situação que exigirá apoio federal por meio de financiamentos em operações especiais em termos de juros e prazos de amortização. "Estamos ingressando no período de pagamento da safra passada", aponta.

REPORTAGEM ESPECIAL

Atividade metalmecânica da Serra sofre com restrições de insumos

Problema que ocorreu durante a pandemia pode se repetir devido às enchentes no Rio Grande do Sul

Roberto Hunoff

O primeiro quadrimestre do ano para a indústria metalmecânica de Caxias do Sul foi de desempenho um pouco abaixo ao de 2023, que já apresentara resultado fraco na comparação com exercícios anteriores.

Com as enchentes, a situação tende a piorar na avaliação de Ubiratã Rezler, presidente do Simecs (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Caxias do Sul e Região), com abrangência territorial em 17 municípios da Serra. Para ter clareza sobre a dimensão dos problemas decorrentes das enchentes, a entidade realiza um levantamento junto às empresas associadas.

O ponto principal está sendo no fornecimento de matéria-prima, que era normal até o final de abril. "Várias empresas ficaram sem matéria-prima, porque há dependência do fornecimento de muitos itens da Região Metropolitana de Porto Alegre", afirma.

Para dar continuidade às atividades, são buscadas alternativas em outras regiões, mas que acabam encarecendo o custo final, o que já foi um problema sério na pandemia de Covid-19.

Rezler salienta que a situação é complexa no setor, pois não há uma realidade única, decorrente da forte diversidade de produtos manufaturados na Serra, atendendo a inúmeros segmentos.

"O ano começou mais devagar, mas mesmo assim houve reposição de postos de trabalho", comenta. Empresas com vocação mais direcionada à atividade agrícola são as que apresentam os resultados mais negativos, com

FÁBIO GRISON/DIVULGAÇÃO/JC

Rezler, presidente do Simecs, não vê repetição de resultado de 2023

média de 20% abaixo de 2023. "Se conseguirmos fechar com o mesmo resultado do ano passado será perfeito. Mas não consigo ver isto como uma possibilidade concreta, principalmente depois desta tragédia climática", avalia.

De acordo com a Associação Brasileira de Máquinas, o segmento agrícola teve recuo de 23% no trimestre na comparação com 2023. Já os segmentos de caminhões e ônibus, outros mercados fortes da indústria de Caxias do Sul, registraram aumentos de 29% e 65% na produção, respectivamente, nos quatro primeiros meses de 2024, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

REPORTAGEM ESPECIAL

Maior impacto será sentido na virada do mês com a folha salarial

Setor metalmecânico vê necessidade de liberação de recursos com juros subsidiados

A indústria metalmecânica, na região de abrangência do Simecs, tem faturamento anual estimado em R$ 50 bilhões. São 5.535 empresas, responsáveis por 73.116 empregos. O setor é formado, majoritariamente, por micro empresas (70%) e de pequeno porte (17%). Médias e grandes organizações respondem pelo restante. Em 2023, o setor exportou US$ 1 bilhão e importou US$ 500 milhões.

O cenário se repete na área de abrangência do Simmme (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Bento Gonçalves), que representa em torno de 350 empresas, responsáveis por 5 mil empregos e faturamento anual de R$ 2 bilhões, com sedes também em Santa Tereza, Monte Belo do Sul e Pinto Bandeira. O presidente Juarez Piva relata que algumas plantas fabris foram diretamente afetadas com alagamentos, deslizamentos e falta de energia.

No entanto, o maior problema é a dificuldade de acessos, impactando o fornecimento de matérias-primas e entrega de produtos acabados. "A saída tem sido conceder férias coletivas, fazer paradas pontuais ou elevar os estoques por impedimento de entregar os produtos prontos", explica.

Piva defende uma ajuda coordenada de todos os sentidos a partir do entendimento de que a indústria precisa continuar gerando empregos e renda. Para ele, o maior impacto econômico será sentido na virada do mês com a folha de pagamento dos funcionários. "É necessária a urgente liberação de recursos com juros subsidiados e o adiamento do pagamento de impostos", acrescenta.

Para o empresário, garantir plenos acessos humanitários e econômicos é urgente para que o Estado possa sair desta situação caótica. "É surpreendente a demora para sair deste impasse. Não basta só diálogo, ações focadas nas pessoas são necessárias, bem como para o setor econômico, que precisa voltar a produzir sob pena de um colapso total das finanças. Todos os setores serão direta ou indiretamente afetados e precisarão de atendimento. Ninguém vai sair ileso desta tragédia, não voltará a ser como antes", reitera. Piva destaca a parceria que houve entre as empresas com ajuda humanitária e de materiais.

Preocupação se estende ao cenário nacional

Além dos problemas econômicos e climáticos, Ubiratã Rezler destaca que o empresariado acompanha, com apreensão, o que vem ocorrendo no cenário político. "Infelizmente, a gente nunca sabe para onde vai, não se sabe qual o cenário possível", lamenta.

Para fazer frente ao momento, assinala que o empresário tem olhado para o seu negócio com muita cautela, fazendo os investimentos estritamente necessários para avançar, especialmente, na produtividade, na busca por maior competitividade. "É um cenário que requer muitos cuidados, estamos andando conforme os caminhos são trilhados, buscando fazer mais com menos", comenta. O presidente relata a percepção de que o empresário está preocupado com a organização do seu negócio e manutenção do quadro de pessoal, já que a rotatividade eleva os custos.

Ele reconhece que as grandes empresas, por meio de equipes técnicas preparadas, têm maior estrutura para encontrar o caminho mais assertivo, tanto em investimentos quanto na prospecção de negócios internos e externos. Algo que falta nas micro e pequenas organizações, segundo Rezler. Ele registra movimentos mais consistentes para investimentos no segmento de ferramentarias em linha com o novo projeto do governo federal de incentivo à atividade automotiva.

O presidente do Simme, Juarez Piva, destaca que a expectativa era de que 2024, mesmo com restrições, seria melhor do que o ano passado, que não foi promissor. Com as enchentes, a situação deve se alterar. "O agronegócio deu uma diminuída e já impactou os negócios", reforça. No entanto, o presidente ressalta que o setor é diversificado, com destaque para a produção de máquinas para indústria de bebidas, higiene e beleza, automação e produtos químicos. "A diversidade é o grande potencial da região", assinala. As exportações representam 18% do faturamento do setor, tendo países da América do Norte e Europa como os mercados mais representativos. "Nossa carteira diversificada vai de redutores até linhas completas para envase de bebidas", comenta. Para ampliar as vendas externas, o sindicato tem convidado empresas a participar de encontros para troca de informações com marcas já consolidadas neste mercado. "É preciso demonstrar mais este potencial", ressalta.

SIMMME/DIVULGAÇÃO/JC

Piva, presidente do Simme, acredita que diversidade ajudará na retomada

Simecan receia que, sem apoio, empresas deverão sair do Estado

Levantamento realizado pelo Simecan (Sindicato das Indústrias Metalmecânicas e Eletroeletrônicas de Canoas e Nova Santa Rita) indica que a maioria das empresas associadas com endereços no lado oeste de Canoas, que é banhado pelo Rio dos Sinos, está parada e com as plantas fabris alagadas. Este conjunto representa de 65% a 70% do total da atividade. No lado leste, que tem o Rio Gravataí como divisa, a paralisação atinge em torno de 50% das empresas ali localizadas.

"Em alguns pontos, as águas alcançaram de sete a oito metros de altura. É assustador o número de empresas submersas. Tudo foi perdido", desabafa o presidente Robert Machemer. A entidade tem 143 associadas, responsáveis por cerca de 8 mil empregos diretos. O total projetado é de 600 empresas, a maioria de micro e pequeno porte.

Na avaliação do dirigente, a prefeitura e o Estado têm feito as ações dentro das suas condições e limites de atuação. Para ele, caberá à União a responsabilidade de auxiliar na reconstrução das indústrias por meio de financiamentos a juros zero ou com recursos a fundo perdido. "Será preciso um apoio muito forte na recuperação. Já somos menos competitivos em termos de incentivos. Se ficarmos sem apoio efetivo agora, será difícil convencer os empresários a ficar no Estado. Não podemos perder empresas, nem empregos. É hora de a União olhar com carinho para o Estado, que participa muito com impostos, mas pouco recebe de volta. O momento de ajudar é agora", manifestou.

Machemer ainda aponta como solução mitigadora repetir a medida adotada durante a pandemia da Covid-19, quando o governo federal assumiu o pagamento de parte da folha de salários. Assegura que medidas como bancos de horas, adoção de férias antecipadas e outras que permitam a flexibilização do trabalho serão adotadas para garantir os empregos. Segundo ele, o sindicato laboral manifestou posição semelhante visando assegurar os postos de trabalho.

O dirigente demonstrou preocupação com o fato de o governo federal, até o momento, só ter feito acenos para a população atingida e não ter apresentado ainda qualquer medida para o setor empresarial.

"Não temos ideia alguma de quando vamos poder retomar as atividades. Nem mesmo quando poderemos entrar nas empresas. Se tomarmos como parâmetro a enchente de 1941, foram entre 50 e 60 dias. Além de mais volumosas, as chuvas de agora estão sendo mais persistentes, retornando após uma pequena pausa. É algo que deixa a situação ainda mais caótica", lamenta.

Mesmo com o esforço das forças de segurança, o empresário revela preocupação com o grande número de roubos a empresas, com a retirada, principalmente, de matéria-prima que pode ser revendida facilmente ou ser aproveitada. Ele ainda cita o fato de muitas pessoas estarem acumulando donativos em casa, o que pode causar a falta de itens.

Machemer destacou a mobilização da sociedade civil organizada, juntamente com o setor público, para ajudar as milhares de famílias desabrigadas. "Foi tudo muito rápido, obrigando saídas urgentes. Felizmente, tem havido um envolvimento comunitário grande para resolver os problemas urgentes e ajudar no reerguimento da cidade", ressaltou.

Cita, em especial, o trabalho do Banco de Alimentos da Federação das Indústrias do Estado e de outras organizações. Ele destaca o apoio entre as empresas, inclusive de outras regiões, para a recuperação daquelas em que o nível das águas está baixando e permitindo avaliar os estragos.

escala

P R O G R A M A

banrisul reconstruir RS

Porque as nossas empresas precisam seguir em frente.

O Banrisul está lançando o maior programa de capital de giro dos últimos anos. São investimentos para que as empresas possam se recuperar e continuar gerando emprego e desenvolvimento.

O negócio é reconstruir

/ R$ 7 bilhões para que os negócios possam se reerguer.

/ Mais capital de giro para indústrias, comércio, serviços, importações e exportações.

/ Criação da Conta Única Banrisul, um limite de crédito que as empresas podem movimentar quando quiserem.

Saiba mais em **banrisul.com.br/reconstruir**

banrisul empresas

REPORTAGEM ESPECIAL

Indústria moveleira tem estoque para cerca de 20 dias

Empresas que possuem centro de distribuição em outros estados mantiveram seu faturamento

Roberto Hunoff

AUGUSTO TOMASI/DIVULGAÇÃO/JC

Após a enchente, Euclides Longhi, presidente da Movergs, acredita que o segundo semestre de 2024 será mais favorável para o setor de móveis

A possibilidade de ruptura da produção por falta de alguns itens é um dos problemas que mais afligem a indústria moveleira do Rio Grande do Sul. De acordo com a Movergs (Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul), a maioria das empresas trabalha com estoque de matérias-primas, mas suficiente para um período de 15 a 20 dias.

De acordo com Euclides Longhi, presidente da entidade, de forma geral, as empresas que possuem centro de distribuição em outros estados mantiveram seu faturamento e entrega. As localizadas no Rio Grande do Sul estão buscando rotas alternativas para escoar a produção e já conseguem realizar entregas em São Paulo, mesmo que os prazos possam ser mais longos. "Ainda estamos fazendo um levantamento junto às indústrias, mas é possível que algumas tenham reduzido ou até mesmo parado a operação. A Movergs está em contato com as empresas e percebe que as indústrias estão genuinamente preocupadas com seus funcionários, algumas inclusive prestando apoio psicológico", explica.

A entidade é uma das participantes da campanha denominada "Unidos por Bento", iniciativa do Centro da Indústria, Comércio e Serviços de Bento Gonçalves, que está captando recursos até 30 de maio para ajudar a reconstruir a vida das famílias atingidas pelo desastre climático. "Entendemos que, neste momento, o foco ainda é em salvar vidas no Estado, em especial nas regiões Metropolitana de Porto Alegre e Central. Na Serra, os resgates foram finalizados, mas ainda há muito trabalho a ser feito. Assim que o foco for a reconstrução dos lares, a entidade sensibilizará para a doação de móveis", afirmou.

JEFERSON SOLDI/DIVULGAÇÃO/JC

O ramo é impulsionado pelas exportações, que avançaram 5,9%

No primeiro trimestre do ano, o setor mobiliário apurou faturamento superior a R$ 2,8 bilhões, acréscimo de 2,2% no comparativo com igual período do ano anterior. No mesmo período foram criados 282 novos postos de trabalho, elevando para mais de 36 mil o quadro total da atividade no Estado, que engloba em torno de 2,4 mil empresas.

As exportações avançaram 5,9%, para perto de US$ 55 milhões, com expressivo aumento de compras pelos mercados do Chile, México e Emirados Árabes. Estados Unidos, Chile, Uruguai, Peru, Reino Unido, México, Paraguai, Panamá, Argentina e Emirados Árabes Unidos compõem os top 10 de principais importadores dos mobiliários gaúchos.

O presidente da entidade, Euclides Longhi, comemorou os resultados, porém, alerta para possíveis desafios nos próximos meses, especialmente após a situação de calamidade enfrentada pelo Estado. "O faturamento ficou acima da inflação, mas as previsões do mercado não são muito positivas. Além da projeção da taxa Selic ter subido de 9% para 9,5%, medidas como a desoneração da folha de pagamento e os cortes de benefícios fiscais no Rio Grande do Sul podem tornar o ano ainda mais desafiador para as empresas. A isto somam-se as incontáveis consequências causadas pela tragédia climática que atingiu mais de 85% dos municípios", pondera Longhi.

O faturamento do setor no ano passado foi de R$ 11,9 bilhões, aumento de 3,4% sobre o anterior, inferior ao IPCA de 4,62%. De acordo com dados fornecidos pelo IBGE, a produção do setor moveleiro gaúcho foi 2,7% menor. Já o balanço do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados aponta que o ano encerrou com retração de 2,36% no comparativo com 2022, passando de 36.727 para 35.860 profissionais em atividade no Rio Grande do Sul.

Para o presidente da entidade, o desempenho do segmento é reflexo de um conjunto de fatores que impactam as indústrias moveleiras de todo o Brasil. "Além dos altos custos de produção, ainda estamos em um momento de redução nas compras de bens duráveis, como móveis. Havendo manutenção efetiva do controle inflacionário, diminuição dos juros, incentivo ao consumo, ao crédito e ao mercado imobiliário, é possível que o segundo semestre de 2024 seja mais favorável para o setor moveleiro", explica.

As exportações somaram perto de US$ 246 milhões, retração de 3,4% em relação a igual período de 2022. O diretor internacional da Movergs, Daniel Segalin, destaca que as mudanças no ranking dos principais importadores podem apontar novas oportunidades a serem exploradas. "Enquanto Estados Unidos e Chile reduziram suas compras, Uruguai, Paraguai e México aumentaram as importações de móveis gaúchos. É sempre importante diversificar as frentes de atuação para fazer bons negócios com parceiros internacionais", assinala.

REPORTAGEM ESPECIAL

Segmento do vestuário revisa projeções de faturamento do ano

Bloqueio de acessos interferiu diretamente nos negócios da indústria de confecções

Roberto Hunoff

O isolamento da Região da Serra em função da queda de barreiras nas principais rodovias e estradas de acesso é o principal problema para a indústria do vestuário, que tem neste período do ano o maior consumo de produtos. Os efeitos desta condição foram claramente percebidos no Dia das Mães, segunda data de maior consumo do segmento, com expressiva queda no movimento das malharias. "A demanda foi muito baixa comparada com outros anos. Não houve movimento de compradores de outras regiões e os nativos, que estavam nas cidades serranas, não se encorajaram a sair. O clima emocional não é bom, todos estão muito abalados", aponta Rogério Bridi, presidente do Fitemavest (Sindicato das Indústrias de Fiação, Tecelagem, Malharias, Vestuário, Calçados e Acessórios da Serra Gaúcha).

Segundo ele, a prioridade é ter mobilidade, pois ajuda em todas as frentes e coloca, novamente, a economia em movimento. "Esperamos a reabertura de todos os acessos o mais breve possível, além de projetos de melhorias para o futuro", salienta. Por entender que a recuperação será longa, também cita a necessidade de aportes públicos significativos para ajudar o setor empresarial. De acordo com o dirigente, indústrias localizadas em municípios do Vale do Caí foram as que mais tiveram perdas nas estruturas físicas, o que exigirá atenção especial do poder público.

Bridi acredita ser possível repetir neste ano os números de 2023 caso o clima se mantenha favorável, com o frio natural do inverno, e as estradas estejam viabilizadas. A estimativa inicial para 2024 era de crescimento em torno de 10% sobre o ano anterior, que já apresentou uma base baixa de receita. Para o dirigente, a demora na liberação total dos acessos pode fazer com que os consumidores habituais da região procurem outras alternativas, embora reconheça que a situação financeira deva interferir nas compras de vestuário em função de, neste momento, não ser prioridade. "Recuperar as casas, certamente, será a principal demanda da população", projeta.

O Fitemavest representa mais de 1.200 empresas localizadas em 26 municípios da base territorial, responsáveis por cerca de 40 mil empregos diretos e indiretos.

FITEMAVEST/DIVULGAÇÃO/JC

Indústrias do Vale do Caí foram as mais atingidas, diz Bridi, do Fitemavest

INDÚSTRIA PETROQUÍMICA

Mercado desaquecido impacta Polo Petroquímico gaúcho

Braskem, principal empresa do Polo de Triunfo, vem operando com ociosidade

Jefferson Klein
jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Há um ditado pessimista que frisa que "nada está tão ruim, que não possa piorar". Para o Polo Petroquímico de Triunfo, essa máxima não podia ser mais verdadeira neste ano. Além de enfrentar a queda de demanda e a concorrência com produtos importados que entram no Brasil, especialmente pela Zona Franca de Manaus, em 3 de maio a Braskem, principal empresa do complexo gaúcho, anunciou a parada das suas plantas preventivamente devido à catástrofe climática que atingiu o Rio Grande do Sul. O início do processo de retomada das operações ocorreu no dia 20 de maio.

Atenuando os reflexos da situação, pelo menos o problema da ociosidade das estruturas petroquímicas no País possibilitou que a empresa deslocasse de outros estados a produção para suprir o mercado. No primeiro trimestre deste ano, a taxa de utilização das plantas da companhia no País foi de 74%. No entanto, a ociosidade aumentou até maio, segundo o CFO da companhia, Pedro Freitas.

Conforme o diretor industrial da Braskem Regional Sul, Nelzo Silva, no Polo de Triunfo, já antes da ocorrência das chuvas, a ociosidade girava entre 35% a 40%. No Estado, a Braskem tem capacidade para produzir cerca de 5 milhões de toneladas de químicos e resinas termoplásticas por ano. Entre as resinas produzidas estão o polietileno, o polipropileno e o EVA. Além desses produtos feitos com fontes de origem fóssil, a empresa produz no complexo gaúcho o polietileno verde, fabricado a partir do etanol oriundo da cana-de-açúcar.

Esse cenário de pouca demanda e elevada concorrência com as resinas termoplásticas importadas, aparentemente, será mais complicado de resolver economicamente, em longo prazo, do que os efeitos das enchentes. Até porque a água não provocou danos nas unidades petroquímicas da Braskem no Rio Grande do Sul, de acordo com o CFO da empresa. O maior impacto foi na logística dos trabalhadores e de escoamento de produção.

O diretor industrial da Braskem Regional Sul adianta que a expectativa é que se comece a ter um equilíbrio entre oferta e demanda de plásticos somente a partir de 2026 ou 2027. "Mas são tendências que dependem de alguns fatores se confirmarem, como estabilidade geopolítica", assinala Silva.

Outro aspecto que pode complicar ainda mais esse cenário nos próximos anos, adverte o diretor da Braskem, é que a China em breve deverá passar de importadora de matéria-prima do setor petroquímico para se tornar exportadora.

Um dos mecanismos que poderia ser adotado pela Braskem em Triunfo para aumentar a sua competitividade seria a conversão do complexo para operar com gás natural, que hoje é uma matéria-prima para resinas termoplásticas mais barata do que a nafta usada no Polo gaúcho. A companhia já fez uma ação semelhante no Polo de Camaçari, na Bahia. No entanto, Silva ressalta que no Rio Grande do Sul a dificuldade em adotar uma medida assim é o acesso ao gás, hoje com oferta escassa no Estado. Caso fosse superado esse obstáculo, o diretor calcula que seria necessário, no mínimo, cerca de um ano para fazer a adaptação.

TÂNIA MEINERZ/JC

Chuvas aumentaram dificuldades enfrentadas pelo setor em 2024

Até conseguir encontrar uma solução quanto à questão de uma matéria-prima mais competitiva, a Braskem tem apostado tanto no sucesso do seu polietileno verde como investido no campo da inovação. "A meta é buscar um produto mais rentável ou sustentável do que o que a gente tem hoje", comenta o gerente de Inovação e Tecnologia da empresa, Alessandro Cauduro.

O Centro de Tecnologia e Inovação (CTI) da empresa em Triunfo, no ano passado, inaugurou a sua expansão. Para concluir essa ampliação, foram investidos R$ 108 milhões, sendo R$ 64 milhões aplicados em estrutura física e R$ 44 milhões em equipamentos. Essas máquinas são usadas para testar questões como resistência dos plásticos à permeação de gases e umidade, resposta a impactos, suscetibilidade química, entre outras. Cauduro revela que, depois desse aporte, a companhia já investiu em outros 14 novos equipamentos, que somam mais R$ 19 milhões em aportes.

Queda da arrecadação de ICMS é um termômetro dos problemas

A constante redução na arrecadação de ICMS da Braskem no Rio Grande do Sul é uma das provas que o mercado petroquímico gaúcho vem enfrentando dificuldades que não são de agora ou somente originadas pelas chuvas. Em 2021, a companhia contribuiu com uma arrecadação de R$ 2.015 bilhões para o Estado, em 2022 esse montante caiu para R$ 918 milhões e, no ano passado, o resultado foi de R$ 716 milhões. A perspectiva é que uma nova diminuição seja verificada ao final de 2024.

O gerente de relações institucionais da Braskem no Rio Grande do Sul, Daniel Fleischer, ressalta que a própria Secretaria Estadual da Fazenda procurou a empresa para obter informações das razões dessa queda de arrecadação. "Simplesmente o nosso mercado está realmente muito ruim", argumenta.

Para agravar o panorama, há a concorrência com as resinas importadas, muitas delas entrando no Brasil pela Zona Franca de Manaus, com incentivos tributários. Fleischer comenta que o governo do Rio Grande do Sul sensibilizou-se com a situação e adotou uma medida semelhante a que é feita em Santa Catarina, dando crédito presumido de ICMS para as empresas transformadoras do setor de filmes.

Esse segmento, detalha o gerente de relações institucionais, é um dos maiores mercados da Braskem e responsável pela produção de sacolas plásticas. Fleischer lembra que a indústria química do Estado gera em torno de 18 mil empregos através de cerca de 700 companhias e a indústria de transformação plástica no RS proporciona em torno de 27,5 mil postos de trabalho.

TÂNIA MEINERZ/JC

Complexo no Estado enfrenta concorrência com resinas importadas

Incidente em Alagoas tem atrasado venda da Braskem

Sendo motivo de rumores há alguns anos, a alienação da Braskem não tem nas enchentes do Rio Grande do Sul um fator que possa atrapalhar o prosseguimento do negócio. Para o presidente do Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado do Rio Grande do Sul (Sinplast-RS), Gerson Haas, o incidente com a extração de sal gema realizada em mina da empresa em Alagoas, que foi considerada responsável pelo afundamento do solo em vários pontos de Maceió, é o principal motivo que impediu a venda até agora.

"Já estamos falando há anos sobre isso e uma hora vai ter que acontecer", prevê o dirigente. Haas enfatiza que entre os desafios que se apresentam para a indústria petroquímica brasileira nos próximos anos estão a modernização tecnológica e a possibilidade de aproveitamento de matérias-primas mais baratas. Ele cita o exemplo do shale gas norte-americano (gás de folhelho ou também chamado gás de xisto), que é mais competitivo que a nafta usada no Polo de Triunfo

O presidente do Sinplast-RS ressalta que hoje existe uma sobreoferta de resinas termoplásticas no mundo, devido à baixa demanda. "Então os preços (internacionais) caíram e a nossa petroquímica nacional não consegue acompanhar", assinala o empresário. Ainda sobre a possibilidade de venda da Braskem, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Porto Alegre e Triunfo/RS (Sindipolo), Ivonei Arnt, admite que a situação causa bastante apreensão entre os trabalhadores. "Porque a gente não sabe qual o rumo que o setor petroquímico irá tomar no futuro", diz Arnt. Ele acrescenta que há uma expectativa muito grande, por parte dos trabalhadores, que a Petrobras, sócia na Braskem, retome uma participação relevante dentro do setor petroquímico.

INDÚSTRIA DO SETOR PLÁSTICO

Simplás vislumbra migração para municípios da Serra

Entidade representativa do setor plástico acredita que muitos moradores deixarão as regiões mais afetadas pelas enchentes

Roberto Hunoff

Uma das consequências das fortes chuvas do mês de maio deve ser a migração de parte das populações de municípios mais prejudicados por deslizamentos e alagamentos para outras regiões, dentre elas a Serra. "Não é o que se quer, mas é o que as pessoas farão. Buscarão empregos e mais segurança às famílias", afirma Orlando Marin, presidente do Simplás (Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Nordeste Gaúcho). Ele também avalia que a indústria da Serra deverá ser parceira dos setores mais atingidos na Região Metropolitana, fornecendo ajuda necessária para a recuperação.

A liberação total e plena dos acessos é a principal demanda do Simplás para o processo de reconstrução do Estado e da atividade econômica. Para Marin, a reabertura de caminhos conduz à reativação da economia, garantindo a sobrevivência das empresas e, por consequência, a manutenção de empregos e geração de renda e impostos. "Parte desta atribuição compete às esferas públicas. Outra já foi assumida pelo setor privado, como em Caxias do Sul, com a cedência de máquinas e combustível para desobstrução de estradas e rodovias", salienta.

Em conjunto com os sindicatos patronais, a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços criou a campanha denominada SuperAção com o objetivo de arrecadação de recursos para a reconstrução da Serra Gaúcha. A ação coletiva visa mobilizar o setor empresarial e a comunidade em geral para reunir fundos que serão aplicados na restauração da infraestrutura danificada e na assistência às comunidades mais afetadas pela catástrofe.

JONAS ROSA/DIVULGAÇÃO/JC

Sindicato participa de ações para restaurar infraestrutura danificada

Marin também defende um amplo levantamento para identificar as demandas prioritárias para permitir a circulação mais ampla possível. Para ele, a BR-116 precisa de atenção especial em razão dos bloqueios em São Marcos e Nova Petrópolis. "É necessário dar mais celeridade nas obras. A restauração dos estragos de setembro do ano passado na BR-116 está muito demorada", cobrou.

Embora algumas empresas da Serra tenham sido prejudicadas, ele afirma que nada é comparável com a tragédia da Região Metropolitana de Porto Alegre. Recorda que na região não houve alagamentos sérios nas empresas e que a retirada da água nesses casos foi rápida.

A reconstrução também faz parte de datas tão importantes.

Fatos históricos marcam a vida das indústrias
e também de quem noticia tudo isso.
Hoje é o Dia da Indústria e também o aniversário
de 91 anos do Jornal do Comércio.

O GBOEX está completando 111 anos de tradição, solidez e segurança e participa junto deste momento tão significativo. Estamos unidos, prontos para reconstruir tudo e **fazer um futuro ainda mais forte.**

24 de maio • Aniversário do GBOEX
25 de maio • Aniversário do Jornal do Comércio e Dia da Indústria

Desde 1913
GBOEX
Previdência e Seguro de Pessoas
A proteção certa para a sua família.

CONJUNTURA

Manter os empregos é primeiro passo para a retomada

Grupo apresentou ao governo federal projeto que lista medidas ao Rio Grande do Sul

Eduardo Torres
eduardo.torres@jcrs.com.br

O primeiro passo para a recuperação da indústria gaúcha diretamente afetada pela calamidade que atingiu o Rio Grande do Sul será a manutenção dos empregos. É nisso que acredita o empresário Thômaz Nunnenkamp, que é presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul (Sindifar) e que foi um dos candidatos à sucessão na presidência da Fiergs.

Atualmente em uma das vice-presidências da entidade, ele fez parte, na semana passada, da comitiva organizada pela Fiergs para apresentar ao governo federal, em Brasília, uma série de medidas para a recuperação do setor.

"Apresentamos um projeto robusto na área tributária, incluindo questões como prazos e acessórios. Manter os empregos é o primeiro passo dessa recuperação, e a suspensão de impostos já determinada é um alento. O próximo passo precisa ser a garantia de crédito para a retomada. As empresas precisarão ter capital de giro e renovação de máquinas, por exemplo. É preciso recapitalizar as indústrias e ajudar na recuperação dos parques industriais para voltarmos a gerar impostos e fortalecer a economia", avalia.

Entre as principais preocupações, que já estavam na agenda do empresário e agora são amplificadas, está a perda de espaço da indústria gaúcha.

"Tenho comparado o setor industrial a um ecossistema. Quando temos um menor número de 'espécies', esse ecossistema fica mais frágil e suscetível a impactos. E agora estamos diante de um impacto jamais visto. A calamidade, infelizmente, tende a reduzir a diversidade", avalia o dirigente.

Há outras problemas a serem enfrentados daqui para frente, prevê Nunnenkamp. "O desafio para garantir a sobrevivência do maior número possível de indústrias e setores, porque isso é importante para todo o sistema, será enorme. Exigirá muito trabalho. Hoje, para o restante do País, somos como um membro da família que está hospitalizado na UTI após um acidente grave. Exige muito apoio e atenção dos nossos parentes do restante do País", ilustra Nunnenkamp.

A perda de espaço, ou o enfraquecimento deste ecossistema, ultrapassa as barreiras nacionais. A indústria gaúcha, conforme a Fiergs, reforça o papel do Rio Grande do Sul como o segundo Estado no País em número de empresas exportadoras, 11,1% do total. São quase 3 mil exportadores, mais de 50% de médio e grande portes. Uma fatia que, com a calamidade, poderá ser reduzida.

ANA TERRA FIRMINO/ARQUIVO/JC

Nunnenkamp também cita a necessidade de recapitalização

Diversas ações estão no radar do setor farmacêutico no Rio Grande do Sul

No caso do setor farmacêutico gaúcho, a preocupação em relação à balança comercial está maior em termos de importações. Seja de insumos ou de maquinário, que serão necessários na retomada. Medidas como fast tracks e outras ações que possam acelerar os processos estão entre os pleitos da Fiergs ao governo federal.

O Laboratório Saúde, que tem sua produção no bairro Navegantes, região do 4º Distrito, em Porto Alegre, foi uma das indústrias do setor farmacêutico atingidas pela cheia. Ao todo, o sindicato, que registra em seu site 17 empresas associadas — pelo menos seis no 4º Distrito —, avalia que quatro indústrias foram as mais gravemente afetadas, entre Porto Alegre e Canoas. Além das produções de medicamentos, que pararam nessas empresas, pelo menos uma indústria de produção de próteses teve seu parque industrial inundado.

"As máquinas foram perdidas, e ainda não conseguimos sequer fazer um levantamento mais detalhado e concreto do prejuízo ao setor, porque não foi possível sequer acessar as áreas de algumas das empresas. E quando isso for possível, ainda será necessário toda uma limpeza específica, com a sanitização da área. Dependemos ainda da água baixar para uma avaliação", explica Thômaz Nunnenkamp.

E as perdas não se limitam às indústrias que foram alagadas. Quem não está em Porto Alegre ou na Região Metropolitana, mesmo com a manutenção da produção, já enfrenta problemas para escoar os produtos e para obter alguns insumos. Levantamento da Fiergs aponta que 94,3% de toda a economia gaúcha foi afetada pelas cheias.

Em relação ao Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria, as regiões com maior atividade industrial potencialmente atingida são: Vale dos Sinos (R$ 25 bilhões), Metropolitana (R$ 17 bilhões), Vale do Taquari (R$ 16 bilhões) e Serra (R$ 15 bilhões).

Vinícolas gaúchas projetam forte retração no consumo

Roberto Hunoff

Com alguns casos isolados em que houve alagamentos ou deslizamentos de terras, implicando em prejuízos às instalações físicas, a indústria vinícola gaúcha, de uma forma geral, sofreu poucos impactos diretos em função das enchentes de maio. De acordo com José Virgílio Venturini, presidente do Sindivinho (Sindicato da Indústria do Vinho, do Mosto de Uva, dos Vinagres e Bebidas Derivadas da Uva e do Vinho do Estado do Rio Grande do Sul), a situação seria diferente caso o fenômeno tivesse ocorrido alguns meses antes. “Como já fechamos a época de safra, os estragos foram pequenos quando comparados com a realidade de outras atividades. Fosse alguns meses antes, certamente, não teríamos colheita de uva neste ano”, observou.

A preocupação, no entanto, é com os efeitos indiretos da tragédia. Venturini projeta forte retração no consumo de vinhos, espumantes e sucos. “Além das dificuldades de transporte dos produtos para os pontos de venda, também entendemos que o cliente priorizará outras necessidades para superar este momento difícil”, projeta.

Venturini estima que 90% das empresas do setor estão com as vendas comprometidas, situação que exigirá apoio por parte do governo federal por meio de financiamentos em operações especiais em termos de juros e prazos de amortização. “Estamos entrando no período de pagamento da safra recebida neste ano. Isto exige somas significativas de valores para pagar os produtores, que foram severamente prejudicados com perdas de parreirais, além dos danos na infraestrutura da propriedade”, argumenta. O presidente do Sindivinho alerta que alguns produtores tiveram perdas totais, o que deverá acarretar consequências futuras para o setor.

O dirigente também defende que a União anistie em definitivo a dívida do Estado, que é discutida há muito tempo e sem nenhuma solução. “O governo federal precisa anistiar esta dívida para garantir a reconstrução do Rio Grande do Sul, com casas para os desabrigados e recuperação da infraestrutura de transportes, que já era precária e, agora, piorou”, cobrou.

VINÍCOLA DON BONIFÁCIO/DIVULGAÇÃO/JC

Como já acabou a época de safra, os estragos foram pequenos

INDÚSTRIA MADEIREIRA

Setor cobra qualificação da infraestrutura no Estado

Sindimadeira quer mobilização por reparos imediatos e projetos mais robustos no futuro

Roberto Hunoff

A restauração das estradas e pontes danificadas, juntamente com linhas de crédito e financiamento com condições favoráveis para que as empresas possam investir na recuperação de suas operações, estão dentre as prioridades demandadas pelo Sindimadeira (Sindicato Intermunicipal das Indústrias Madeireiras, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Esquadrias, Marcenarias, Móveis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras do Estado do Rio Grande do Sul).

De acordo com o presidente Leonardo De Zorzi, os investimentos na infraestrutura não devem ser feitos somente para reparos, mas principalmente para reforçar os equipamentos de forma a garantir que resistam melhor a futuros eventos climáticos extremos.

Ele defende que as linhas de crédito devem incluir prazos longos e juros baixos, facilitando o acesso ao capital necessário para reparos e reposição de equipamentos pelas indústrias. "Incentivos fiscais, como isenções, prorrogações e reduções de impostos podem aliviar a carga financeira sobre as empresas enquanto elas se recuperam. Essas políticas podem ser temporárias, mas são vitais para ajudar no restabelecimento da viabilidade econômica do empreendimento", reforça.

O empresário salienta que as enchentes afetaram as empresas diretamente, mas também criaram um efeito cascata na economia local, impactando fornecedores, transportadores e outras indústrias correlatas.

"Governos, empresas e a sociedade civil devem unir forças para implementar medidas que não apenas reparem os danos, mas também fortaleçam projetos contra futuros desastres", frisou.

FERNANDO DIAS/SEAPI/JC

Rio Grande do Sul tem maciço florestal na casa de 1 milhão de hectares

Com 950 mil hectares plantados de árvores para uso comercial, dos quais 600 mil de eucaliptos, a indústria madeireira vislumbra boas perspectivas para o Rio Grande do Sul com o recente anúncio feito pela CMPC de investimento em nova fábrica na Barra do Ribeiro. "Este anúncio deixa o setor também bastante animado", comemora o dirigente. De Zorzi salienta que o Brasil é, no momento, o principal player no mercado mundial de celulose e o Rio Grande do Sul, com o anúncio, se beneficia e assume protagonismo. As plantações de pinus atendem, principalmente, as fábricas de painéis resinados, compensados e madeira serrada.

INFOVIA

MENSURAÇÃO
DO VALOR JUSTO DE
EMPRESAS E ATIVOS

controle®
assessoria empresarial

EMPRESA CERTIFICADA ISO 9001:2015

LGPD Certificado

G.B.V | GOODWILL | EVA®| CPC'S

INTANGÍVEIS

TANGÍVEIS

AVALIAÇÕES
ASSESSORIA
PROJETOS
PERÍCIA

S.O.S RS = COMPRE PRODUTOS E SERVIÇOS DO RS CONTRIBUINDO PARA A RECUPERAÇÃO DE NOSSO ESTADO!

G.B.V – GESTÃO BASEADA EM VALOR
AVALIAÇÃO DE EMPRESAS E DE MARCAS
AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS
ORGANIZAÇÃO PATRIMONIAL
PROCESSAMENTO/DEPRECIAÇÕES
VIDAS ÚTEIS
IMPAIRMENT TEST
VIABILIDADE ECONÔMICA DE PROJETOS
COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS (CPC15)

CONTROLE ASSESSORIA, PROJETOS E GESTÃO DE ATIVOS LTDA.

RS | Av. Rio Branco, 840 | Caxias do Sul | (54) 3066.4808
CEP 01310-100 | (54) 99974.4858 | www.controle-rs.com.br
contato@controle-rs.com.br

Avaliar empresas e ativos são atividades exclusivas de empresas registradas nos Conselhos de Classe
inerentes a cada atividade, com profissionais habilitados que atuem com técnica e sigilo das informações.

INDÚSTRIA CALÇADISTA

Mais de 60% das indústrias filiadas à Abicalçados precisaram suspender atividades

A lista de problemas é sem fim e vai desde a necessidade de reconstruir fábricas e recuperar maquinário até ajudar os mais de 4,8 mil colaboradores que perderam tudo a se reerguerem

Ana Esteves

As regiões mais afetadas pelas enchentes que assolam o Rio Grande do Sul, desde o final de abril, são as mesmas que abrigam as principais plantas fabris da indústria calçadista gaúcha. As perdas foram enormes e têm reflexo em toda cadeia. Conforme levantamento preliminar da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), 60% dos seus associados precisaram paralisar as atividades, muitos, como os que atuam no Vale do Taquari, tiveram destruição total de suas estruturas. A queda na produção chegou a 35% no mês de maio, em algumas unidades.

> A meta é dar dignidade e condições de moradia para as famílias que dependem da cadeia calçadista

"Dados iniciais apontam perdas de matéria-prima chegando a R$ 60 milhões. A devastação no Vale do Taquari se assemelha aos danos do furacão Katrina", afirma o presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo Ferreira.

A lista de problemas é sem fim e vai desde a necessidade de reconstruir indústrias, recuperar maquinário, ajudar os mais de 4,8 mil colaboradores que perderam tudo a se reerguerem. No caso das fábricas que não foram fortemente impactadas, surge a dificuldade de obtenção de matéria-prima para seguir produzindo e de escoar a produção. "Além disso, os danos das enchentes às redes varejistas refletem diretamente, pois houve muito cancelamento de pedidos", acrescenta Ferreira. O setor responsável por 24% da produção nacional de calçados tinha expectativa de crescimento entre 1% e 2% em 2024 e agora se depara com cenário de perdas. "Ainda é cedo para estimar de quanto será o prejuízo, mas com certeza esses percentuais de incremento não se confirmarão", diz o dirigente.

Logo após o início da crise climática, a associação, em conjunto com outras entidades da cadeia produtiva do calçado, lançou a campanha Movimento Próximos Passos RS, cujo objetivo é reconstruir o setor que conta com aproximadamente 3 mil empresas e cerca de 120 mil trabalhadores que vivem da atividade.

As doações recolhidas via Pix ou depósito (nacional ou internacional) estão sendo alocadas em um fundo para posterior destinação a entidades de auxílio mapeadas nas cidades atingidas. "A meta é dar dignidade e condições de moradia para as famílias que dependem da cadeia calçadista para que, depois, tenhamos um setor inteiro restabelecido", diz Ferreira.

ABICALÇADOS/DIVULGAÇÃO/JC

Fábricas que atuam no Vale do Taquari tiveram destruição total de suas estruturas; queda na produção chegou a 35%

Além da Abicalçados, participam do movimento a Associação Brasileira das Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos (Assintecal) e o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB). Para Silvana Dilly, superintendente da Assintecal, a união das entidades e empresas que fazem parte do ecossistema do calçado será fundamental para a recuperação da atividade.

"Um período de grave crise, com uma catástrofe climática como nunca vista no Rio Grande do Sul, exige medidas urgentes de auxílio. A resposta da união entre entidades e empresas não somente do Estado, mas de todo o Brasil, é igualmente histórica e irá ajudar milhares de pessoas envolvidas na produção do calçado", diz.

Segundo o presidente-executivo do CICB, José Fernando Bello, a indústria está unida e comprometida pela recuperação do Rio Grande do Sul, com apoio às famílias atingidas, muitas das quais ligadas à produção de couro, que é uma força cultural e econômica tradicional do Estado. "As cheias impactaram a vida nesse território, mas, ao mesmo tempo, trouxeram à tona uma potência imensa de solidariedade e cooperação de empresas e pessoas. Iremos juntos superar esse desafio", comenta o dirigente.

A Abicalçados realizou ainda uma pesquisa para identificar o real impacto da tragédia em cada uma das empresas, para depois promover iniciativas assertivas que ajudem na reconstrução do setor. "A ideia é identificar as áreas afetadas, o tamanho dos prejuízos, mapear quais indústrias pararam, o quanto impactou nas produções para que, só então, tenhamos noção de quando será possível voltar a operar", disse Ferreira. O levantamento, que é rápido de ser respondido, foi disparado para toda a base de associados da Abicalçados no Rio Grande do Sul. "Infelizmente, muitas empresas ainda estão com grandes dificuldades para responder, mas assim que tivermos divulgaremos os números e, imediatamente, iniciaremos medidas para auxiliar o restabelecimento da atividade", comenta o presidente-executivo.

Maior exportador e segundo maior produtor de calçados do País, o Rio Grande do Sul possui 1,8 mil empresas de calçados que empregam, diretamente, mais de 85 mil pessoas.

Através de nota, a Calçados Beira Rio, que tem unidades fabris em municípios severamente atingidos, como Roca Sales e Candelária, disse que "neste momento crítico, decidimos direcionar nosso foco e recursos para atender às necessidades urgentes das comunidades locais. As inundações que marcaram as últimas semanas devastaram residências, inclusive as de muitos de nossos trabalhadores, e desafiaram a operacionalidade de nossa extensa cadeia de fornecedores e prestadores de serviços. Estamos dedicados a perseverar na restauração não apenas de nossas operações, mas principalmente no apoio à recuperação socioeconômica dos municípios afetados. Nosso objetivo é claro: assegurar a preservação dos empregos, gerar renda e contribuir significativamente para a economia local por meio da arrecadação de impostos."

Como ajudar:

Via depósito nacional
Banco do Brasil
Agência: 0314-X
Conta corrente: 39761-X

Via pix
financeiro@abicalcados.com.br

Via depósito internacional*
Banco do Brasil (001)
IBAN: BR9600000000003140000397610C1
SWIFT: BRASBRRJCTA

*As doações no exterior devem incluir o motivo do envio "Ajuda Enchentes RS May 2024".

APOIO NA RECONSTRUÇÃO

Fundação Marcopolo destina recursos para recomeço do RS

Empresa da Serra Gaúcha busca apoiar as vítimas das enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul

Atenta à situação pela qual passa a sociedade gaúcha devido às chuvas que atingiram o Rio Grande do Sul, a Fundação Marcopolo destinou R$ 5 milhões de recursos próprios para os atendimentos das famílias afetadas pelas enchentes.

O valor será direcionado para o atendimento das vítimas das chuvas do Estado, com base nas necessidades apontadas pela Defesa Civil e outras instituições, com o objetivo de viabilizar o recomeço das famílias mediante projetos estruturantes e emergenciais.

Para amplificar o impacto da ação, a organização convida outras instituições, empresas e a comunidade em geral a se unirem ao movimento. Doações podem ser feitas via Pix (contato@fundacaomarcopolo.com.br) e serão acrescidas ao valor original.

A Fundação Marcopolo também instituiu um programa chamado "O futuro que queremos" para propor, debater e inspirar soluções inovadoras para problemas crônicos por meio de simpósios e consultorias focadas em questões de sustentabilidade, meio ambiente, mobilidade urbana e social.

"É preciso pensar no agora, no emergencial, mas também é preciso definir o futuro que desejamos. Um futuro que coloque o planeta em primeiro lugar e que pense cidades, estradas e ruas que nos levem a esse futuro sustentável. Precisaremos tornar possível o que precisa ser feito", defende Luciano Balen, coordenador da Fundação Marcopolo.

A aplicação dos recursos poderá ser acompanhada de forma transparente pelo site da Fundação Marcopolo. Também serão implementadas diversas medidas para garantir o uso responsável dos recursos doados.

FUNDAÇÃO MARCOPOLO/DIVULGAÇÃO/JC

Aplicação do valor arrecadado poderá ser acompanhada pelo site do projeto

#CONTECOMOSIMERS

93 ANOS
simers
Sindicato Médico do Rio Grande do Sul

APOIO NA RECONSTRUÇÃO

CMPC cede helicóptero, retroescavadeiras e caminhões para ajudar nos resgates

Programa contou com um grande grupo de voluntariado corporativo, que hoje soma mais de 150 participantes

Ana Esteves

Situada às margens do lago Guaíba, no município de Guaíba, a CMPC não chegou a ter prejuízos com as enchentes, mas viu de perto toda a tragédia e se mobilizou para auxiliar no socorro às pessoas e animais vítimas das inundações, com o apoio de máquinas retroescavadeiras, caminhões e um helicóptero que contribuiu nas ações de resgate.

"Este é um período único na história do Rio Grande do Sul: uma tragédia sem precedentes que já impactou na vida de mais de 2 milhões de gaúchos, sendo que muitas famílias perderam todos os seus bens, fruto do trabalho de uma vida inteira. Desde o primeiro dia de enchentes, estamos mobilizados", afirma o diretor-geral da unidade de Guaíba da CMPC, Jailson Aquino.

A companhia lançou ainda o programa social Fibra do Bem, que abrange uma série de ações, além dos resgates, doações, limpeza, voluntariado e suporte aos órgãos competentes. Foram doados mais de 100 mil itens, incluindo produtos de higiene e limpeza, 4 mil cestas básicas, 750 colchões e banheiros químicos, todos distribuídos para Guaíba, Barra do Ribeiro, Eldorado do Sul, Arroio dos Ratos, Charqueadas, São Jerônimo, Triunfo e General Câmara.

Em Guaíba, a CMPC oportunizou o acesso à água potável, cedendo um gerador elétrico próprio para bombear água aos cidadãos.

O programa também organizou um grande grupo de voluntariado corporativo, que hoje conta com mais de 150 participantes e 300 horas de atividades realizadas. "Esse time, formado por nossos colaboradores, tem se dedicado a atividades de distribuição de doações, recreação, suporte em abrigos e limpeza", diz Aquino.

O Grupo CMPC, em nível global, também criou uma campanha colaborativa para incentivar colaboradores a doarem valores para colegas que tiveram suas residências atingidas pelas enchentes. A cada real doado, a CMPC doará o mesmo valor.

Segundo o executivo, a operação da empresa se mantém estável, apesar da proximidade do lago Guaíba, concentrada em manter a produção ativa em volume que garanta a segurança operacional. Aquino destacou ainda que a silvicultura e o setor de celulose possuem um papel fundamental no controle das mudanças climáticas, especialmente num momento em que temas como desmatamento são apontados como um dos responsáveis pelas alterações ambientais que geram eventos severos, como as chuvas que se abateram sobre o Estado.

"O cultivo do eucalipto contribui com a redução dos gases de efeito estufa (GEE) no ambiente. A nossa base produtiva, que corresponde a aproximadamente 280 mil hectares de plantios, realiza um processo de fotossíntese que neutraliza carbono da atmosfera. Hoje somos uma empresa carbono negativa, ou seja, que sequestra mais GEE do que emite. O volume que capturamos por ano seria capaz de neutralizar até cinco vezes as emissões da frota terrestre de Porto Alegre", explica.

Além disso, a empresa recicla 100% dos resíduos sólidos produzidos na operação industrial. Para alcançar esse índice, desde 1987 conta com o Hub CMPC de Economia Circular, um espaço que transforma resíduos em 13 novos produtos, "um processo sustentável e que gera emprego e renda para a população local", acrescenta Aquino. Desde o ano de 2019, o grupo CMPC assumiu globalmente metas de sustentabilidade em todo o mundo que estabelecem que a empresa deve diminuir em 25% o uso de água nos processos industriais e ser uma companhia com zero resíduo em aterros sanitários até 2025. Também tem como objetivos reduzir em 50% as emissões totais de gases causadores de efeito estufa e ampliar a base florestal em 100 mil novos hectares de área de conservação até 2030.

CMPC/DIVULGAÇÃO/JC

Empresa lançou ainda o programa social Fibra do Bem, com várias ações

Yara busca atendimento aos colaboradores atingidos pela enxurrada

O desastre climático que destruiu cidades e desalojou milhares de pessoas, em vários municípios do Estado, mobilizou o staff da Yara Fertilizantes para ajudar as vítimas das enchentes. Através de nota, a empresa informou que "o primeiro foco de atuação são as pessoas e, em seguida, garantir que o fertilizante, insumo essencial para a segurança alimentar, chegue ao campo no volume e tempo correto para os agricultores conseguirem uma boa safra, tão importante para a economia da região. Para isso, contamos com uma rede sólida de produção nacional e fornecedores que nos permitem atender o mercado, minimizando impactos na cadeia".

No Rio Grande do Sul, a empresa conta com 2,1 mil funcionários e três unidades operacionais: Rio Grande, onde está a maior e mais moderna planta de fertilizantes da América Latina, Porto Alegre e Cruz Alta.

A inundação de Porto Alegre obrigou a empresa a fechar as portas, pois a unidade situada na Capital dos gaúchos foi tomada pelas águas. "Estamos com as atividades temporariamente suspensas e a expectativa é de que os trabalhos possam ser retomados após os níveis das águas baixarem e os reparos necessários forem realizados", comunicou a empresa.

Além disso, a Yara está monitorando a situação de clientes e parceiros atingidos. "Para atendê-los, estamos ajustando o fluxo e redirecionando as demandas para as unidades operacionais de Rio Grande e Cruz Alta, que vão suprir as demandas do mercado no curto prazo até o retorno pleno das operações na unidade de Porto Alegre."

Setor de aço se mobiliza e foca em pontes

O vice-presidente da Associação do Aço do Rio Grande do Sul (AARS), Marcelo Kuver, diz que o setor se mobilizou de forma intensa, com o estabelecimento de várias frentes de ajuda com foco em distribuição de roupas e agasalhos, alimentos, na construção de equipamentos de limpeza, como rodos e até mesmo no estudo de projetos referentes ao reestabelecimento de pontes afetadas pela enxurrada.

"Ainda não temos de forma efetiva o real impacto das enchentes, porém trata-se de uma tragédia com consequências para o povo gaúcho e para a economia do Estado do Rio Grande do Sul", afirmou o dirigente. Sobre as expectativas do setor para 2024, em termos de consumo de aço no Estado do Rio Grande do Sul, o dirigente ressalta que eram positivas e de incremento em relação a 2023, quando foram consumidos em torno de 1,4 milhões de toneladas de aço plano.

"Neste momento, em virtude da tragédia ocorrida, estes cálculos serão analisados e entendemos que teremos impactos no volume de consumo de aço plano, com grandeza a ser definida, pois ainda estamos no meio da tragédia e muitos estudos precisam ser feitos para começar a reconstruir o nosso Estado", completou Kuver.

APOIO NA RECONSTRUÇÃO

Gerdau cede área para instalação de Estação de Tratamento de Água

Com a estrutura do sistema Esteio-Sapucaia danificada pelas cheias, a instalação da ETA móvel visa minimizar os danos que a falta de água potável trouxe

Ana Esteves

A mobilização em prol das vítimas da enchente histórica que, desde o final de abril, castiga o Rio Grande do Sul tem unido setores com focos de atuação bem diferentes. É o caso da indústria siderúrgica Gerdau, maior empresa brasileira produtora de aço, e da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), empresa do maior grupo de saneamento privado do País, Aegea.

As duas gigantes se uniram para a implantação de uma estação móvel de coleta e distribuição de água, como parte do Plano de Contingência da Corsan para abastecer moradores dos municípios de Sapucaia do Sul e Esteio, pois ambos tiveram o fornecimento de água afetado pelas inundações.

Para viabilizar essa iniciativa, a Gerdau cedeu um terreno de sua unidade de produção de aço, em Sapucaia do Sul, onde foi realizada a instalação temporária de uma Estação Móvel de Tratamento de Água (ETA) que está em funcionamento desde meados de maio. Com a estrutura do sistema Esteio-Sapucaia danificada pelas cheias, a instalação da ETA móvel visa minimizar os danos que a falta de água potável trouxe à população dessas cidades, até que a estrutura alagada seja recuperada.

A ETA móvel tem capacidade para uma vazão de 20 litros de água por segundo ou 1,7 milhão litros por dia, proveniente de um rio próximo à unidade. A estrutura consegue atender 120 mil pessoas da cidade e de Esteio.

De acordo com Jean Peluso, gerente executivo na Gerdau Riograndense, esta é mais uma das iniciativas que a empresa está adotando para auxiliar a população gaúcha neste momento desafiador. "A Gerdau está comprometida em apoiar a população gaúcha diante do cenário desafiador e em dedicar esforços para a reconstrução do Estado. A parceria com a Corsan para essa iniciativa ressalta o compromisso inabalável da Gerdau em ser parte das soluções para os desafios e dilemas enfrentados", afirma o executivo. Para Samanta Takimi, presidente da Corsan, a união das empresas para viabilizar o fornecimento desse recurso tão básico à população é fundamental. “A soma dos nossos esforços vai dar celeridade à retomada do abastecimento. Somos gratos à Gerdau pela parceria.”

GERDAU/DIVULGAÇÃO/JC

Equipamento funciona no município de Sapucaia do Sul

APOIO NA RECONSTRUÇÃO

Sinduscon foca em reconstrução e ações emergenciais pelo Estado

As projeções do setor para 2024 eram de estabilidade ou pequena recuperação, principalmente em função da redução da taxa de juros

Ana Esteves

O Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS) é uma das entidades focadas em colaborar para que bairros e, em alguns casos, cidades inteiras se reergam, muitos deles do zero.

Presidente do Sinduscon-RS, Claudio Teitelbaum diz que entre as ações da fase de reconstrução estão iniciativas estruturais e perenes, com base no diálogo junto a municípios e governo estadual e federal. "Entre essas ações está a viabilização e celeridade no processo de construção de alojamentos provisórios em municípios atingidos com os alagamentos, cadastramento de empresas com tecnologia para construção modular para erguer residências em prazo mais reduzido, o mapeamento de habitações de interesse social que hoje estão em via de ser contratadas em construções sem demanda definida ou já construídas, mas ainda não habitadas no Estado."

Também está na mira da entidade a instituição de formas legais para acelerar, desburocratizar e viabilizar novas construções de habitações de interesse social através do Programa Minha Casa Minha Vida, nos municípios atingidos, além da ampliação da captação de recursos e doações de materiais, mão de obra e tecnologia. Para isso, o Sinduscon-RS e a Associação Sul Riograndense da Construção Civil abriram um canal de contato pelo e-mail diretoria@sinduscon-rs.com.br.

"Estamos atuando em várias frentes para estabelecer a forma mais adequada e eficaz de atuação nesta tragédia. Esta tem sido a prioridade no momento e para tal estabelecemos duas prioridades: ações emergenciais e de reconstrução. A entidade tem atuado como um elo entre o poder público estadual e municipais e as empresas do setor", afirma Teitelbaum.

As ações emergenciais iniciaram no dia 6 de maio com a participação de dirigentes do sindicato e de empresas associadas na força-tarefa do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Dmae) de Porto Alegre, cooperando na busca de soluções para o reestabelecimento de água à população porto-alegrense. "Além disso, empresas com canteiros de obras paralisados ou parcialmente em atividade, incentivaram o trabalho voluntário organizado por meio do cadastramento junto a prefeituras", diz o presidente.

Além disso, o Sinduscon-RS, através das empresas associadas, tem coordenado doações de equipamentos, material e produtos de primeira necessidade em abrigos e hospitais. Já foram doados reservatórios de água, colchões, águas, produtos de higiene, cestas básicas, banheiros químicos, kits de chuveiros, vasos sanitários e lavatórios, transportes para a distribuição de doações, bombas submersas e quadros de comando elétrico.

TÂNIA MEINERZ/JC

Claudio Teitelbaum, do Sinduscon-RS, defende desburocratização

Segundo o presidente, as projeções do setor para 2024 eram de estabilidade ou pequena recuperação, principalmente em função da redução da taxa de juros. "Claro que apontávamos como desafios o aumento de impostos e a renda da população. Mas a tragédia que assola nosso Estado exige novas avaliações, que partem da capacidade de levantamento de recursos públicos, agilidade e flexibilidade em medidas provisórias que viabilizem a recuperação do Rio Grande do Sul." Segundo ele, com o agravamento da situação em Porto Alegre, a entidade recomendou às empresas associadas e filiadas, com canteiros de obras nos municípios atingidos por alagamentos, prejudicados com a falta de energia e de abastecimento de água, a paralisação das atividades, mantendo apenas serviços de segurança patrimonial e situações de risco. "A partir do dia 13 foi recomendada uma volta gradual, ordenada e responsável. Porém, há registro de dificuldade de acesso dos colaboradores aos canteiros, bem como de materiais, insumos. Indústrias e fornecedores de serviços também apresentaram dificuldade de produção e logística."

Construtoras formam rede de suporte aos atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul

Desde os primeiros dias da catástrofe que atinge o Rio Grande do Sul, a Melnick focou no enfrentamento da tragédia que se abateu sobre o Estado. Todas as atividades foram paralisadas por 10 dias: suspensão dos canteiros de obras, fechamento de todos os espaços comerciais e da sede administrativa, com o objetivo de atender os colaboradores e seus familiares diretamente atingidos pelas enchentes, dar condições para que todos os demais apoiassem suas famílias e atuassem em ações de voluntariado. "Como uma empresa de engenharia, a incorporadora colocou capacidade técnica e conhecimento a serviço da principal necessidade desse momento de emergência: salvar, acolher e abrigar vidas", afirma o CEO da Melnick, Leandro Melnick.

Ele e outros integrantes da empresa participaram de resgates em Eldorado do Sul, usando jet ski e barcos particulares. Além disso, a empresa garantiu logística e infraestrutura para abrigos, arrecadou e distribuiu doações de alimentos, medicamentos e equipamentos, montou um centro de recebimento e distribuiu doações no stand de vendas localizado no Square Garden, antigo Ginásio da Brigada Militar. "Em parceria com o Instituto Cultural Floresta, doamos combustíveis para aeronaves e helicópteros que transportam donativos", diz o empresário. Com ações de organização de abrigos, a empresa cedeu local e infraestrutura para instalar o Abrigo Aliadas, exclusivo para mulheres e seus filhos.

Junto com o Círculo de Pais e Mães, comunidade educativa do Colégio Americano, Igreja Metodista, Centro Universitário IPA, voluntários do bairro Rio Branco e construtora Cyrela, montou o abrigo nas instalações do IPA, fornecendo o local, com infraestrutura adequada, e garantindo energia, água potável e manutenção. "Também disponibilizamos suporte de infraestrutura e manutenção do ponto de saída e chegada de embarcações para resgates, na Usina do Gasômetro, caminhões-pipa para abrigos e hospitais e reservatório para abastecimento de água da Brigada."

CYRELA/DIVULGAÇÃO/JC

Um abrigo foi estruturado dentro do Centro Universitário Metodista, no bairro Rio Branco, numa parceria que contou apoio de incorporadora

APOIO NA RECONSTRUÇÃO

Empresas envasam milhões de litros de água para doação

Companhias alteraram processos produtivos em prol do Rio Grande do Sul

Ana Esteves

A falta de água potável foi uma das consequências da catástrofe climática. Diante desse cenário, muitas empresas destinaram suas linhas de produção para o envase de água. Foi o caso da Lactalis Brasil que envasou mais de 2 milhões de litros nas embalagens plásticas e acartonadas que geralmente carregam leite. O processo ocorre na unidade de Teutônia, em paralelo à produção de leite UHT, que segue normalmente. A ação, denominada Todos Pelo Rio Grande, é uma iniciativa da empresa com apoio de PackSeven, LogoPlaste, Converplast, Tetra Pak e Adami S/A. O Rio Grande do Sul é uma das principais bases de captação de leite da empresa: ela capta praticamente 20% do leite produzido no Estado.

Segundo o diretor de Comunicação, CSR e Assuntos Regulatórios da Lactalis Brasil, Guilherme Portella, a água foi distribuída via governo do Estado e depois, junto com a Associação Gaúcha de Supermercados (Agas), para que as garrafas também chegassem às gondolas dos supermercados, no Vale do Taquari, Porto Alegre e Região Metropolitana. "Foi uma iniciativa emergencial de apoio às comunidades gaúchas." Além da água, a empresa também doou 20 mil litros de leite para os municípios atingidos.

Assim como a Lactalis, a Fruki Bebidas antecipou o projeto de envase de água na nova fábrica de Paverama, que iniciaria apenas no segundo semestre deste ano, para fornecer uma capacidade adicional de água para Porto Alegre, Região Metropolitana e Região Sul do Estado. A iniciativa ampliou em até 1,4 milhão de litros ao dia a disponibilidade de água para venda. "Neste momento crítico, precisamos utilizar todos os recursos disponíveis para atender a população", destaca a diretora-presidente da Fruki Bebidas, Aline Eggers Bagatini.

Federarroz diz que não faltará arroz no mercado interno; entidade ainda colabora na drenagem

Com 83% da safra de arroz colhida no Estado, durante o auge das enchentes, entidades ligadas ao setor arrozeiro gaúcho garantiram que o impacto nas lavouras foi mínimo e que não faltará cereal no mercado interno.

O presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Estado (Federarroz), Alexandre Velho, disse que, apesar das inundações, os gaúchos seguirão com expectativa alta de produção, superior à do ano passado.

O Rio Grande do Sul, que normalmente responde por 70% da produção nacional de arroz, ainda vai colher 7,2 milhões de toneladas do produto, acima do volume da safra passada, de 6,9 milhões de toneladas, afirma Velho.

As perdas na safra de arroz do Rio Grande do Sul, em função das enchentes, são estimadas em cerca de 250 mil toneladas. Com o montante colhido antes das cheias, o RS garantiu uma produção de 6,5 milhões de toneladas, uma vez que as produtividades foram maiores na safra atual, assim como a área plantada cresceu.

Segundo o Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga), dos 900 mil hectares semeados, 84,2% foram colhidos, 2,55% foram perdidos inteiramente e 1,97% foram parcialmente perdidos. Restam 11,26% da plantação total a ser colhida.

A região arrozeira do Estado mais afetada pelas enchentes foi a central: Cachoeira do Sul, Rio Pardo, Santa Maria, Restinga Sêca, São Sepé, Candelária, Caçapava do Sul, São Pedro do Sul, Formigueiro e Agudo.

minuto VAREJO

Patrícia Comunello
patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

Ruptura inédita afeta abastecimento de fabricantes em lojas

Marcas sofrem efeitos da inundação e campanha incentiva compra de produtos gaúchos

Patrícia Comunello
patriciacomunello@jornaldocomercio.com.br

"Que loucura!", resume o gerente de marketing da Bom Princípio Alimentos, Marcelo Altenhofen, ao descrever a contingência no abastecimento nos primeiros dias da inundação histórica que abalou o Rio Grande do Sul. Duas palavras que se repetem em outras fontes ouvidas pela coluna Minuto Varejo. A crise que ainda está em curso e vai se prolongar por prazo incerto inseriu um tipo de ruptura - quando falta produto na prateleira (seja física ou virtual) nunca vista. Agora o produto não chega ao centro de distribuição (CD) ou no estabelecimento. Marcas globais desapareceram ou voltam com restrição de unidades, como Coca-Cola, cuja indústria na Zona Norte de Porto Alegre, foi inundada. A Fruki Bebidas tem uma das unidades, a mais antiga, no epicentro da tragédia climática. Supermercados visitados pela coluna ostentam ambiente físico caótico. Falta gente e tempo para fazer a reposição, como em filiais do gigante Carrefour, com corredores abarrotados de fardos de produtos. Além disso, produtores locais foram atingidos. Ficaram sem estrada para transitar com produtos e levar ao destino ou redirecionaram logística para dar conta da demanda, de alimentos a farmácia. Em meio ao cenário em que o normal foi ter de criar alternativas porque o usual não funcionava, perder espaço na preferência ou opção para o cliente que está indo às lojas virou pesadelo. Para enfrentar esta conjuntura, indústria, distribuidores e comércio se uniram na campanha para varejos e clientes comprarem marcas gaúchas. Ordem é otimizar recursos e encurtar tempo.

Entidades ligadas a fornecedores, varejo e apoio a empresas, como Sebrae-RS, colocaram este lema como ordem número 1 no esforços para ajudar setores atingidos. "Já compramos 60% de marcas de produtores locais. Mas tem muita loja debaixo da água. Calculamos em 3 mil pessoas afetadas", disse o presidente da Associação Gaúcha de Supermercados (Agas), Antonio Cesa Longo.

O efeito da campanha já é sentido fora das gôndolas gaúchas. Na rede Verdemar, em Belo Horizonte, o selo está na prateleira, no front de garrafas de suco de uva. Estudo do Sebrae-RS já indicou que mais de 600 mil empresas foram afetadas, mas os detalhes com as demandas que, principalmente, micro e pequenas empresas terão, ainda precisam ser mapeados.

O coordenador varejo do serviço, Fabiano Zortéa, orienta que a medida imediata é buscar negociar débitos e adiar compromissos. Outra ação, que também vale para a ponta do consumo, é "dirigir para o online e para outros mercados que não estão no Rio Grande do Sul", sugere Zortéa. "Com mais de 400 mil pessoas afetadas, o impacto no consumo é inevitável. As indústrias que não vendem para fora precisam começar e quem já vende tem de vender mais para compensar a queda na comercialização interna", aponta o coordenador. "Na relação entre fornecedor (fabricante) e ponto de venda, o caminho é parceria comercial para levar a marca. Precisa buscar rotas alternativas e até considerar produzir fora do Estado em unidades ociosas para poder fabricar e vender fora do espaço físico atual", adverte Zortéa.

Na gestão, um ingrediente precisa ser considerado daqui para frente: "O gestor que se preocupa com o negócio vai ter de levar em conta as questões climáticas. A pandemia já tinha dado o alerta", previne Altenhofen.

PATRICIA COMUNELLO/ESPECIAL/JC

Problema de distribuição afeta grandes marcas e gera espaços vazios nas prateleiras de supermercados

Como algumas fabricantes com unidades no Rio Grande do Sul enfrentam as restrições:

■ **Bom Princípio Alimentos (BPA):** a fábrica em Tupandi não foi afetada, mas as transportadoras não conseguiam chegar ao local. "Começo do mês foi um caos. Tivemos 30% dos 285 funcionários atingidos", contabiliza Marcelo Altenhofen, gerente de marketing da indústria de doces. Do lado da marca, e sabendo das dificuldades de varejistas atingidos, a BPA prorrogou prazo de quitação de títulos e adiou reajuste de tabela de preços até junho. "Temos clientes que é segunda ou terceira vez que são atingidos", cita o gerente. "Cada dia é um novo dia, e as coisas não voltarão ao normal tão cedo". Na ponta, Altenhofen diz que o foco é manter o mercado abastecido e "cobrir eventual falta de concorrentes".

■ **Coca-Cola:** imagina o cliente chegar no supermercado e não encontrar o refrigerante mais badalado do mundo ou apenas uma opção, zero ou tradicional? Esta realidade é rotina desde a eclosão das cheias. Prateleira quase vazia ou outras marcas ou bebidas onde a PET com a marca popular reinava. Tudo porque a fábrica da Coca-Cola Femsa Brasil, na Zona Norte da Capital, inundada. Além disso, o bloqueio de vias afetou a distribuição, mesmo tendo cargas de Santa Maria, onde tem fábrica, e Antônio Carlos, em Santa Catarina. A fábrica produz cinco tipos de refrigerantes, além de chás, sucos e energéticos. Em nota, a companhia diz que entrega produtos para as maiores lojas ou CDs das grandes redes.

CLARA MENDES/DIVULGAÇÃO/JC

Ajuda RS destaca mercadorias nas gôndolas de rede de Belo Horizonte

■ **Fruki Bebidas:** maior gargalo é logístico e de pessoal. As duas fábricas não foram inundadas. A de Lajeado, no Vale do Taquari, é a mais prejudicada, pelas restrições de acessos e funcionários com moradias afetadas. A de Paverama, recém aberta, antecipou o envase de água que começaria no segundo semestre, adicionando mais 1,4 milhão de litros/dia. Em Lajeado, a produção é 24 horas por dia e sete dias por semana. A marca busca saídas alternativas, pois rotas tradicionais foram atingidas. "Estamos contratando transportadores adicionais", diz a Fruki, além de abrir 70 vagas de trabalho em Canoas, Lajeado e Paverama. Nas lojas, o consumidor percebe que a variedade de produtos é limitada, com falta de opções de guaraná.

■ **Naturale:** "Estamos em uma das 69 cidades que não foram afetadas", cita a diretora de marketing, Natália Dolzan, o que não eliminou graves consequências. "Ficamos três a quatro dias sem circular. Rodovias estavam bloqueadas", recorda Natália. O que afetou a marca e ainda afeta é o acesso a CDs de varejistas, muitos inundados ou com operação restrita, como sistema fora do ar. "Uma carga que demorava seis horas para chegar ao destino, leva 15 horas. Os varejistas nos ajudam muito a indicar rotas alternativas", exemplifica. O impacto também é maior porque a indústria, player em linhas de granolas, trabalha com pouco estoque, pela rapidez de reposição que se tinha. Mas agora mudou. O bom é que os estoques de matéria-prima estão abastecidos. A Naturale também é afetada pela saída de cena de muitas lojas inundadas. Hoje 25% da produção fica no Estado. Ela também anota a necessidade de reerguer quem perdeu tudo. "Quem não perdeu tudo vai ter de ajudar quem perdeu. Vamos ajudar clientes a retomar as lojas", garante Natália.

■ **Panvel:** CD e produção de medicamentos e cosméticos ficam em Eldorado do Sul, uma das cidades mais afetadas. "A empresa não está conseguindo operar o principal CD, que não foi alagado, mas está cercado pelas cheias, impedindo a transferência dos produtos para as lojas em todo o Estado", diz o grupo. O suprimento para agora é pelo complexo logístico de São José dos Pinhais, no Paraná.

Mercado Digital

Patricia Knebel
patricia.knebel@jornaldocomercio.com.br

Tecnologia é aliada para empresas anteciparem impactos climáticos

Eventos climáticos extremos, como o que atingiu o Rio Grande do Sul, estão cada vez mais presentes na preocupação não apenas de governos, mas também das indústrias. As organizações são afetadas direta ou indiretamente por catástrofes dessa magnitude, mas é importante lembrar que o contexto de risco corporativo é crescente e abrangente – engloba desde um ataque cibernético a conflitos geopolíticos, sem deixar de lado, claro, os fatores ambientais. Nesse contexto mais complexo, os recursos tecnológicos são tanto ativos que exigem medidas protetivas, pois determinam a capacidade produtiva empresarial, quanto ferramentas para prevenir riscos e atenuar seus efeitos.

Salesforce aponta quatro etapas para plano de prevenção a desastres

A transformação digital, por si só, já traz respostas para situações desafiadoras, como o fato de uma empresa ser afetada por uma enchente.

"No setor industrial, destaco em especial a necessidade de digitalização de documentos e processos de negócios, pois isso garante que as empresas mantenham histórico das suas operações mesmo quando as instalações físicas são afetadas", afirma Daniel Hoe, VP de Marketing da Salesforce para a América Latina.

O cenário ideal, no entanto, é planejar e prevenir riscos. Hoje lista quatro recomendações essenciais para elaboração de um plano de prevenção a desastres, conforme indicações da plataforma Trailhead, da Salesforce.

1. Defina seus ativos principais: o primeiro ponto é saber o que precisa ser protegido.

"Convoque sua equipe de gerência para discutir o impacto de possíveis perdas e como mitigar tais ameaças", esclarece Hoe.

2. Identifique soluções de recuperação: na sequência, é preciso definir quais meios podem ser adotados para recuperar esses ativos. "Por exemplo, planeje salvar dados em um disco de backup, servidor ou armazenamento em nuvem, ou talvez replicar completamente dados em um local externo seguro."

3. Desenvolva e comunique um plano de governança: as pessoas precisam estar instruídas sobre como agir. "No caso de uma emergência, todos na organização devem saber quem é o responsável por declarar oficialmente o desastre e decretar uma cadeia de comunicação."

4. Revise e pratique seu plano regularmente: Hoe comenta que "para colocar o plano em prática de forma eficaz, é importante revisá-lo com os funcionários regularmente". Esse processo pressupõe, por exemplo, que o líder e sua equipe participem de exercícios de mesa e simulações para testar o plano.

SALESFORCE/DIVULGAÇÃO/JC

Hoe destaca a necessidade de digitalização de documentos e processos

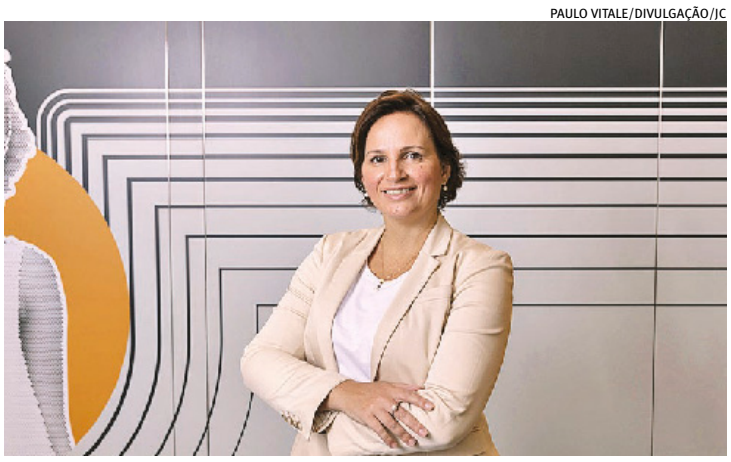
Com experiência na Ucrânia, AWS apoia ações no RS

"Não existe tecnologia infalível, muito pelo contrário, a busca pela resiliência dos negócios, dos serviços ao cidadão, parte do princípio de que tudo falha o tempo todo", argumenta Fernanda Spinardi, Head of Customer Solutions Management da Amazon Web Services (AWS). O que vai determinar a capacidade de resposta de uma empresa ou de um governo é a sua arquitetura tecnológica.

A AWS, por exemplo, desenha sua infraestrutura de computação em nuvem distribuída em várias regiões no mundo todo, sendo que cada uma dessas regiões tem três ou mais datacenters – cada datacenter fica próximo o suficiente para sustentar operações de sincronia de dados, mas ao mesmo tempo longe o suficiente para evitar que a mesma falha catastrófica os atinja ao mesmo tempo. "Numa situação como a que estamos observando no Rio Grande do Sul, clientes que operavam na nuvem da AWS já dispõem de uma infraestrutura física resiliente", frisa.

Fernanda explica que, na nuvem, os recursos de tecnologia da informação ficam disponíveis sob demanda e podem ser iniciados instantaneamente. Isso facilita a retomada. Foi esse tipo de estratégia que a AWS colocou em prática na Ucrânia, em 2022, quando o país entrou em guerra.

PAULO VITALE/DIVULGAÇÃO/JC



Fernanda Spinardi diz que operação na nuvem traz resiliência

ARQUIVO PESSOAL/DIVULGAÇÃO/JC

Moura fala sobre ferramentas que monitoram níveis de água

IA é aliada para interpretar imagens e alertas

A junção de sistemas de imagens e inteligência artificial é cada vez mais promissora sob muitos aspectos, incluindo a prevenção a desastres. O fundador e CEO da PIXForce, Daniel Moura, relata que uma medida adotada nesse sentido são as réguas visuais, que definem padrões de atenção.

Em relação a uma enchente, por exemplo, a primeira coisa que uma fábrica pode fazer é monitorar o nível da água. "Existem sensores que podem ser usados, mas uma forma muito efetiva são as chamadas réguas visuais. Elas permitem verificar o nível. É possível instalar uma câmera voltada para essa régua e enviar um alerta quando chegar a um nível crítico."

Outro recurso associado é a utilização de imagens de satélite, que podem ser verificadas com recorrência, permitindo o monitoramento de situações críticas, como eventos climáticos extremos. "É praticamente em tempo real e você consegue ver diariamente as áreas afetadas." Mesmo em um cenário de muitas nuvens, é possível realizar o monitoramento graças a tecnologia embarcada em satélites que permite a análise mesmo que o céu esteja encoberto.

Frases destaque

> "Apesar de toda a destruição física, quando há um plano de contingência e os dados estão na nuvem, o governo continua conseguindo servir seu cidadão e as empresas privadas podem manter suas operações. Esse não foi o caso em muitas das guerras ou desastres naturais. Quando as pessoas e os governos começaram a se reconstruir, muitas vezes, foram forçados a fazê-lo quase que do zero. Nesse contexto, seja na guerra moderna, na guerra cibernética ou eventos climáticos extremos, os dados têm uma importância vital para serem protegidos."
> **Fernanda Spinardi, Head of Customer Solutions Management na AWS**

> "A tecnologia é o diferencial das empresas em qualquer indústria. Todos os processos críticos como atendimento ao cliente, vendas, finanças e operações são suportados por tecnologia. Uma abordagem baseada em computação em nuvem permite que as empresas estejam protegidas de desastres naturais ou outros problemas associados à localização física de servidores."
> **Daniel Hoe, VP de Marketing da Salesforce para a América Latina**

> "O governo ou mesmo uma grande indústria pode usar imagens de satélite para fazer uma avaliação não apenas da sua área próxima, mas de todo o Estado ou de toda uma bacia, como, no caso do Rio Grande do Sul, da Bacia do Caí, para acompanhar se estão aumentando as áreas de inundação. A partir disso, se prevê o volume que vai chegar ao Guaíba. Essas imagens podem ser usadas para isso e conseguiria fazer uma análise preditiva."
> **Daniel Moura, fundador e CEO da PIXForce**

CIEE RS

PARCERIA QUE IMPULSIONA O FUTURO DE JOVENS E EMPRESAS

E juntos, construímos um amanhã melhor para toda a sociedade por meio de inovação, inclusão e inspiração.

@ciee_rs
@cieers
@CIEERS.ORG
@ciee-rs
CIEE-RS
(51) 3363-1000

INOVA+ TRANSFORMA EVOLUI